



GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA

Comissão Tripartite Nacional

Realizada em
Brasília/DF.
15 de Agosto de 2023.

(Transcrição ipisis verbis)
Empresa RDK Degravações e Eventos

1 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA) –**

2 Bom, bom dia a todas, bom dia a todos. É um prazer estar com vocês aqui
3 reunidos. Eu lamento que seja no auditório, na realidade nós íamos fazer a
4 reunião na sala de ministros, que é uma sala que comporta a todos frente a
5 frente, que é o espaço ideal, mas a ministra de última hora está recebendo uma
6 delegação de parlamentares norte-americanos, uma delegação muito grande,
7 incluindo o presidente da Câmara, um grupo grande de pessoas. Então, tivemos
8 que fazer esse ajuste, mas eu acredito que nós vamos poder fazer essa reunião
9 de forma muito produtiva, a nossa primeira tripartite recuperando esse trabalho
10 fundamental de integração entre as instâncias de governo federal, estadual,
11 municipal, de forma integrada, conforme prevê a nossa Constituição, o nosso
12 Pacto Federativo. Bom, estou acompanhado aqui do nosso presidente do
13 IBAMA, o Rodrigo, Marcelo diretor do SINAMA, queria pedir então para que o
14 Marçal representando o ANAMMA, pudesse assumir o seu lugar na mesa.
15 Estamos aguardando a Mauren chegar, ela está em breve aqui, estamos
16 também acompanhados do nosso secretário extraordinário de controle do
17 desmatamento e ordenamento territorial ambiental, que se escondeu lá no fundo
18 para que não seja cobrado pelas atitudes absolutamente autoritárias de
19 combater o desmatamento de forma tão acelerada. Mas eu queria dar boas
20 vindas a todos vocês, lembrando um pouco a trajetória, todos aqui, não sei quais
21 já tiveram experiência, fora o Mário Mantovani, que é fundador da ANAMMA, da
22 ABEMA, do Congresso Nacional, ele diz que ele que fez a Constituição, diz
23 inclusive que ele que descobriu o Brasil, parece, né? É baiano, claro, é baiano,
24 paulista, americano, inglês, ele é tudo. Então, nossa tripartite tem um papel
25 absolutamente fundamental, justamente nessa promoção da articulação entre as
26 diferentes instâncias de governo. Isso é algo absolutamente fundamental, nós
27 temos que trabalhar de forma integrada, colaborativa, nós temos a nossa função
28 de atuação concorrente, sempre no sentido da proteção ambiental, esse é o
29 princípio da nossa legislação, e nós temos então esse desafio de trabalho de
30 forma integrada entre os três poderes. Aliás, queria até aproveitar essa
31 oportunidade para informar a todos aqui presentes de uma, falando em
32 integração de poderes, de um fato ocorrido esses dias que foi extremamente
33 positivo, que diz respeito ao Pantanal, não sei se quem pôde acompanhar a
34 polêmica envolvendo o aumento excessivo de autorizações para desmatamento

35 no Pantanal, no Mato Grosso do Sul. Isso vinha ocorrendo nos últimos anos, e
36 vocês sabem, todos aqui, que o CONAMA prevê, no seu artigo 10, que o
37 desmatamento, a autorização de supressão de vegetação nativa no Pantanal,
38 exige, ou ela deve ser baseada obrigatoriamente em estudos técnicos científicos,
39 que mostrem a viabilidade dessas autorizações, e essas autorizações não
40 podem colocar em risco a manutenção do bioma, então tem algo muito
41 específico no Código Florestal a respeito disso. E nós, no CONAMA, digamos
42 talvez por, eu não diria que por omissão, mas pelo fato de que isso não vinha
43 sendo implementado, o CONAMA não se atentou para esse fato e não
44 regulamentou esse dispositivo, porque vocês sabem, o CONAMA tem, no seu
45 papel adicional, justamente promover os regulamentos técnicos, as orientações
46 técnicas para o SISNAMA funcionar de forma adequada. Portanto, esse caso
47 especificamente, que diz respeito a definir os parâmetros técnicos científicos a
48 serem considerados nesses estudos, isso é uma atribuição óbvia do CONAMA.
49 Mas o CONAMA não fez. Então, os Estados, Mato Grosso e Mato Grosso Sul,
50 adotaram estudos, inclusive diferentes. Mato Grosso adotou um estudo bem
51 mais, digamos, bem estruturado, um estudo mais rigoroso, e o Mato Grosso Sul
52 adotou um estudo menos rigoroso, vamos dizer assim. E nós estamos assistindo
53 a um crescimento acelerado do desmatamento, eu diria que foi a primeira
54 demanda que nós recebemos no Ministério. Quando nós assumimos, no
55 segundo dia, não estava nem nomeado ainda, não poderia nem receber, mas
56 recebi informalmente, foi uma delegação do Pantanal sobre esse problema do
57 volume enorme de autorizações. Autorizações de mil hectares, coisas enormes,
58 alguns bem maiores do que isso, inclusive, sem estudo de impacto ambiental,
59 uma coisa realmente muito grave. Então, nós iniciamos uma discussão no
60 Ministério e decidimos, então, propor uma minuta de resolução para o Conema,
61 justamente atender a essa questão de normatizar, definir quais são os
62 parâmetros básicos dos estudos necessários a subsidiar essa tomada de
63 decisão pelos órgãos estaduais em defesa do Pantanal. Isso gerou uma
64 polêmica, vocês podem imaginar, porque, no primeiro momento, se confundiu
65 nisso, como se o Conema pretendesse interferir no poder discricionário dos
66 Estados de emitir autorizações, seria aparentemente, uma afronta ao princípio
67 do Pacto Federativo, a União interferindo e querendo ditar o que o Estado
68 poderia fazer. Aí, nós acreditamos que não é isso, nós não vamos ditar nada, o

69 Estado é quem vai autorizar o Estado, agora nós, o Conama tem que definir
70 quais são os parâmetros que o Código Florestal previu que deveriam ter sido
71 definidos e não foram definidos. Isso gerou uma polêmica muito grande, mas, no
72 bom princípio da cooperação entre os órgãos das esferas da União, nós fomos
73 procurados pelo governador do Mato Grosso do Sul, tínhamos uma reunião
74 virtual na quinta feira passada, o André Lima estava presente, e o governador
75 fez uma proposta que, do meu ponto de vista, é um marco e que deve ser
76 exatamente a base do trabalho que nós devemos desenvolver aqui na tripartite.
77 Ele propôs o seguinte, olha, nós não gostaríamos que essa resolução
78 caminhasse dessa forma, nós gostaríamos de ter mais discussão sobre essa
79 resolução e, para isso nós vamos propor então, o cancelamento, não vamos
80 autorizar mais nenhum desmatamento, vou ditar um decreto ou um melhor
81 documento jurídico, provavelmente será um decreto, para suspender novas
82 autorizações de desmatamento. E, nesse período de suspensão das
83 autorizações, nós trabalhamos em conjunto para elaborar um plano de lei para
84 o Pantanal, no estado do Mato Grosso do Sul, o Mato Grosso já tem, o Mato
85 Grosso do Sul seria então, uma lei, e eu propus tudo bem, então nós, se o CIPAM
86 que é a comissão do comércio que analisa isso, concordar, vamos propor ao
87 CIPAM, se o CIPAM concordar, nós suspendemos a tramitação nesse momento,
88 fazendo esse grupo de trabalho, discutirmos isso de forma integrada, inclusive
89 envolvendo o Mato Grosso também, porque é um bioma que está nos dois
90 estados, e aí fazemos uma minuta de resolução mais para frente, de forma
91 integrada. Fizemos esse entendimento, na segunda feira, ontem, apresentamos
92 isso ao CIPAM, e o CIPAM então acolheu, aprovou por unanimidade, então nós
93 suspendemos nesse momento a tramitação dessa resolução, o Estado
94 suspendeu as autorizações de desmatamento, e nós vamos ter os próximos
95 meses para trabalhar de forma integrada, buscando o melhor resultado para o
96 que interessa, que é a conservação de um bioma tão precioso como o Pantanal.
97 Então, esse é um exemplo que eu considero muito positivo, porque mostra um
98 novo modelo, ao invés de nós irmos para o embate, nós estamos indo para o
99 debate, e com isso criando as condições para fazer uma ação integrada,
100 colaborativa entre todos. Então, eu entendo que esse deve ser o espírito do
101 nosso trabalho aqui, na Comissão tripartite, construir essas pontes, criar
102 confiança entre nós, trabalhar de forma integrada, tendo como princípio

103 absolutamente fundamental o que é o que nos une, que é a conservação
104 ambiental, a promoção do desenvolvimento sustentável, melhoria de qualidade
105 de vida das pessoas, no campo e nas cidades, sempre observando o que prevê
106 a nossa legislação federal, estadual e municipal. Portanto eu acredito que esse
107 espaço é um espaço muito importante. Nós teríamos aqui a ministra participando
108 dessa abertura, também comigo, para reforçar esse entendimento e realmente
109 convidar todos ao debate construtivo, mas infelizmente surgiu esse imprevisto
110 dessa delegação norte-americana, mas combinamos que ela vai, em algum
111 momento, passar aqui para dar um abraço em todos e desejar bom trabalho para
112 todos nós. Então isso posto, eu queria passar a palavra para o Marçal para fazer
113 as suas considerações iniciais também e, talvez, eu não sei, temos alguém da
114 ABEMA que poderia substituir a Mauren enquanto ela não chega? Quem sabe...
115 Ah por favor secretária, se ela podia fazer as honras da casa em nome da
116 ABEMA. Excelente. Então, o Marçal e depois passamos para a nossa secretária.
117 Marçal.

118 **O SR. MARÇAL CAVALCANTE (ANAMMA)** – Bom dia a todos e a todas. Na
119 pessoa do Capobianco, cumprimentar toda a mesa, todos os secretários, todos
120 os presentes, a ANAMMA aqui maciçamente presente, com Antônio Marcos,
121 com Elison, Pedro, Marcondes, que está sempre à disposição nossa, de bem
122 servir a esse país e as causas ambientais. Esse é um momento ímpar na vida
123 da ANAMMA como município. Nós participamos efetivamente, acabou dessa
124 condição do CIPAM, nessa nova fase da convergência, do diálogo, que foi o que
125 nos buscou e chegou até aqui. Nós vivemos as trevas e saímos hoje para um
126 evento de convergência, onde o Ministério deixou de ser uma ditadura e passou
127 a ser esse campo democrático de debate, de buscar sociedade, buscarmos nós
128 dos municípios, os estados. Ainda temos muitas deficiências, muitas coisas a ser
129 melhorada, mas com essa prática do que nós estamos montando agora, IBAMA,
130 Ministério, Estados, Municípios e Sociedade Civil, que está lá com toda essa
131 participação efetiva na proteção, nós temos certeza absoluta que esse novo
132 marco legal das tripartites nos estados, para os municípios e para o IBAMA é
133 muito importante. Então, meu agradecimento em nome de todos os municípios
134 do Brasil, a ministra Marina, o Capo e a toda equipe técnica capitaneada pela
135 Marcela e pela Mônica, que têm feito um trabalho extraordinário. E ao André

136 Lima, que é um lutador nessa questão dele lá do desmatamento, conte conosco,
137 porque tudo ocorre no município, André pode ter certeza que a ANAMMA é
138 parceira, e será parceira do município sempre. Então, a todos vocês, muito
139 obrigado e vamos trabalhar aqui.

140 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA) –**
141 Muito obrigado, Marçal. Majorie, por favor com a palavra.

142 **A SRª MARJORIE KAUFFMANN (ABEMA) –** Bom dia a todos. Em nome do
143 Capobianco é um prazer estar aqui em nome da ABEMA. Nossa associação tem
144 trabalhado veementemente no diálogo, então acho que tudo que foi falado aqui
145 casa com a construção que nós temos dentro da associação. A associação tem
146 grupos articulados de várias temáticas e sempre nos dispusemos, independente
147 de governo, a conseguir melhorar todo o sistema ambiental brasileiro, porque
148 sabemos aí das diferenças dos estados, das diferenças dos biomas e das
149 necessidades de entendimento, então ficamos felizes com a retomada já do
150 CONOMA, com a retomada dessa comissão e temos certeza que vamos
151 contribuir muito fortemente, dentro da ABEMA. Inclusive a gente identifica essa
152 diferença da questão de delegação de licenciamentos para os municípios e isso
153 nos difere muito também, então acho que essa comissão, ela é fundamental para
154 que a gente possa realinhar e, mais do que isso, atualizar o regramento
155 brasileiro, que sempre foi um regramento exemplo para outros países do mundo,
156 mas que ao ver da nossa associação, carece dessa atualização constante para
157 que a gente consiga dar sentido a tudo que se faz. E, com certeza, a maior parte
158 do licenciamento ainda está no âmbito dos estados, mas nós temos desafios
159 extremos. Aqui foi colocada a questão do Pantanal, nós do Rio Grande do Sul
160 temos o bioma único lá do Pampa, o único do estado do Rio Grande do Sul e
161 que também tem uma configuração completamente diferente dos demais, mas
162 entendo que se nós formos pragmáticos, proativos, a gente vai conseguir ter
163 entregas efetivas e que vão beneficiar a sociedade como um todo, tanto da
164 questão da preservação, como do desenvolvimento e do ganho social que nós
165 precisamos. Muito obrigada pela participação.

166 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA) –**
167 Muito obrigado, secretária Marjorie. Queria apresentar a vocês, acho que todos

168 conhecem, mas só para lembrar, está aqui a Ana Flávia, secretária executiva
169 adjunta do Ministério do Ambiente. Certamente é uma pessoa, assim como nós
170 aqui na secretaria, mas ela liderando esse processo, está à disposição de todos
171 também para manter o diálogo sempre ativo. Marcelo Marcelino, aqui do ICMBio,
172 diretor do ICMBio, a Lara, também do ICMBio. Temos a Júlia, temos a Mônica,
173 do CONAMA, todas as pessoas aqui estão aqui representadas, a equipe da
174 Educação Ambiental, também aqui à disposição de todos. Depois vamos fazer
175 uma rodada de apresentação para que todos se conheçam. Antes disso, vou
176 passar a palavra ao Rodrigo Agostinho para também fazer a sua saudação
177 inicial, e depois fazemos uma apresentação e vamos para a pauta.

178 **O SR. RODRIGO AGOSTINHO (MMA/IBAMA)** – Capobianco, secretário do
179 Ministério, é um prazer estar aqui hoje. Nós temos a tripartite desde 2001 como
180 um instrumento, dentro da política nacional do meio ambiente, de integração
181 entre os diferentes entes federativos, o Sisnama é uma grande articulação, que
182 foi criada em 1981. Acho que dificilmente hoje seria criado o Sisnama, por meio
183 de lei ordinária do Congresso Nacional, a Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981,
184 e eu acho que esse é um espaço que precisamos explorar mais. Hoje mesmo fui
185 muito cobrado aqui pelo Marçal sobre a questão das taxas de controle e
186 fiscalização ambiental, que é um tema recorrente da relação do IBAMA com os
187 municípios, mas também é um tema recorrente com os estados. Então, acho que
188 esse aqui é um espaço que precisamos aproveitar um pouco mais, é importante
189 que as pautas sejam trazidas e que a gente possa avançar. Hoje, no caso
190 específico do IBAMA, é um dia de comemoração, hoje saiu o decreto autorizando
191 a contratação do cadastro reserva, que são os últimos aprovados no nosso
192 concurso. O nosso quadro no Ibama está envelhecendo rapidamente, os
193 grandes concursos foram no começo dos anos 2000, então esse ano estão se
194 aposentando no Ibama 200 servidores e o decreto hoje autorizou a contratação
195 de 257, a gente já tinha consultado todo mundo, a gente acredita que vai
196 conseguir contratar algo em torno de 230 servidores desses 257. Então estamos
197 no positivo. E a própria renovação do quadro também é muito importante, então
198 hoje é um dia de comemoração. Isso vai abrir oportunidade para que o Ibama
199 agora possa organizar o seu próximo concurso, então não é só a reposição
200 imediata desses 200 e poucos servidores, mas também a possibilidade de a

201 gente poder abrir o concurso. Nós tivemos também uma transformação de
202 cargos importante por meio de medida provisória, onde a gente tinha um volume
203 de cargos de nível técnico muito grande e de analistas de nível superior bem
204 menor, então a gente transformou uma parte significativa do quadro de técnicos
205 em analistas, isso foi por meio de medida provisória. Isso para nós, é muito
206 importante porque na prática, o que estava acontecendo é que muito servidor,
207 muita gente com nível superior estava entrando pelo concurso de técnico. E as
208 pessoas têm uma expectativa de que um dia o técnico vai virar analista. Não vai.
209 A legislação não permite esse tipo de transposição. E o que acontece é que você
210 tem alguém que tem nível superior num cargo de técnico não podendo assinar,
211 não podendo cumprir com uma série de funções que deveria ser apenas para
212 um analista. Então, para nós foi uma outra vitória muito importante e a gente
213 celebra, porque em áreas estratégicas, hoje no Ibama tem 3.400 processos de
214 licenciamento, 300 pedidos de delegação dos Estados, e eu tenho um quadro
215 em torno de 200 servidores, para cuidar só do licenciamento, análise de
216 agrotóxicos, eu tenho hoje 2.200 pedidos de registro, e eu tenho 30 servidores
217 cuidando disso, eu tenho um quadro de fiscalização de 700 fiscais, e com
218 condições de ir para campo, 120. Então, realmente é uma situação bastante
219 delicada e... Mesma cinta de roubando desanotamento.

220 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA) –**
221 Mesmo assim está derrubando o desmatamento.

222 **O SR. RODRIGO AGOSTINHO (MMA/IBAMA) –** Mesmo assim está derrubando
223 o desmatamento, então secretário, apenas para agradecer todo o esforço que o
224 Ministério teve, não foi algo fácil, a gente tem 86 órgãos do governo federal, entre
225 ministérios, autarquias, fundações, institutos, pedindo reposição de quadro e
226 pedindo concurso público. Então, a gente conseguiu estar ali, o ICMBio saiu
227 primeiro e agora saiu o IBAMA, então é isso secretário, obrigado e fico muito
228 feliz. Amanhã estaremos juntos também no CONAM.

229 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo - MMA)** Maravilha.
230 Então, eu queria pedir que se apresentem, por favor, para que todos se
231 conheçam aqui rapidamente, a Ana Flávia, eu já apresentei, mas rapidamente
232 Ana, e depois na sequência aqui, por favor.

233 **A SR^a. ANNA FLÁVIA DE SENNA FRANCO (Secretária Executiva Adjunta) –**
234 Ana Flávia, secretária executiva adjunta do Ministério do Meio Ambiente, estou
235 a disposição, para fazer as interações que forem necessárias.
236

237 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA) –**
238 Depois põe o Whatsapp dela, tá? Não, pode usar o meu também. [Ininteligível]

239 **O SR. PEDRO HENRIQUE LOBO (Setor financeiro/ ANAMMA) –** Bom dia a
240 todos, sou o Pedro Lobo, da ANAMMA, estou aqui com o suplente do
241 Marcondes.

242 **O SR. LUÍS MARCELO MARCONDES PINTO (Reitor do Instituto ANAMMA)**
243 – Bom dia a todas as mulheres, bom dia a todos os presentes. Bom, sou o
244 Marcelo Marcondes, reitor do Instituto do ANAMMA. O Pedro não falou, mas ele
245 é o diretor de gestão ambiental da ANAMMA. E reforça nesse compromisso de
246 titular e suplente sempre juntos para que as coisas realmente aconteçam.

247 **O SR. WELISON SILVEIRA (CB27) -** Bom dia a todos e todas, estou
248 representando o CB27, o Secretário das Capitais, também representando aqui a
249 ANAMMA, Nessa condição de trazer, nessa condição de uma discussão da
250 importância dos municípios e a população, junto aos demais órgãos. Bom dia a
251 todos e é um prazer. Obrigada.

252 **O SR. EDUARDO SODRÉ MARTINS (SEMA/BA – ABEMA)** Bom dia. Bom dia
253 a todos os presentes. Eu sou Eduardo Sodré, Secretário de Meio Ambiente da
254 Bahia, e aqui com o suplente também da ABEMA.

255 **A SR^a LUANA PIMENTEL RIBEIRO (SEMA / BA)–** Bom dia a todos, me chamo
256 Luana Pimentel Ribeiro, estou como diretora de Política e Planejamento
257 Ambiental da Secretaria Estadual do Meio Ambiente da Bahia.

258 **O SR. EDUARDO ROCHA (Diretor do Departamento de Gestão de Resíduos**
259 **do Ministério do Meio Ambiente) –** Bom dia a todos vocês, eu sou Eduardo
260 Rocha, Diretor do Departamento de Gestão de Resíduos do Ministério do
261 Ambiente.

262 **O SR. MARCELO CARMADELLI (Secretário Adjunto do Meio Ambiente e**
263 **Infraestrutura / RS)** – Muito bom dia, Marcelo Camardelli, Secretário Adjunto de
264 Meio Ambiente e Infraestrutura do Estado do Rio Grande do Sul.

265 **A SR^a. ANDREZA (Assessora e Vice-Presidente – ANAMMA)** - Bom dia a
266 todos, me chamo Andreza e sou assessora e vice-presidente da ANAMMA.

267 **O SR. ANTÔNIO MARCOS BARRETO (Vice-Presidente da ANAMMA**
268 **Nacional)** – Vou falar daqui rapidinho pra ver o pessoal aqui da frente, porque
269 senão o pessoal não olha, né? Bom dia a todos vocês aqui também. Antônio
270 Marcos Barreto, vice-presidente nacional da ANAMMA, suplente aí do meu líder
271 e presidente Marçal. Bom dia a todos.

272 **A SR^a. ISABELA RODAS MESSIAS (Assessoria da Presidência do IBAMA)**
273 – Bom dia, eu sou a Isabela, sou do Gabinete da Presidência do IBAMA e
274 suplente do presidente Rodrigo Agostinho.

275 **A SR^a. MARIA MÔNICA GUEDES DE MORAES (Coordenadora geral –**
276 **SISNAMA)** – Bom dia a todos, Eu sou a Mônica Guedes, sou coordenadora geral
277 do SISNAMA no Departamento de Gestão.

278 **A SR^a. IARA VASCO (Diretora ICMBio)** – Bom dia a todos e todas, meu nome
279 é Iara Vasco, sou diretora de Criação e Manejo de Unidades de Conservação do
280 CNI.

281 **A SR^a. RENATA COLONI (Técnica da CSEX- MMA)** – Bom dia a todos e todas,
282 eu sou Renata Coloni, técnica da CSEX -MMA.

283 **A SR^a RAFAELA PARAÍSO (Secretária do Meio Ambiente e**
284 **Sustentabilidade- PB)**– Bom dia a todos, eu sou Rafaela Paraíso, secretário do
285 Ambiente e Sustentabilidade do Governo do Estado da Paraíba e a gente está
286 aqui também junto com a AMBEMMA.

287 **A SR^a MAGNA HELENA DE ALMEIDA (ABEMA)** – Bom dia, eu sou a Magna,
288 secretária executiva da ABEMA.

289 **O SR. GUILHERME** - Bom dia a todos e todas, eu sou Guilherme diretor da
290 Secretaria Executiva do Ministério da Saúde.

291 **O SR. LUCAS (Agente Administrativo do Departamento de Apoio ao**
292 **CONAMA E SISNAMA)**– Bom dia, meu nome é Lucas, sou agente
293 administrativo do Departamento de Apoio ao CONAMA e ao SISNAMA.

294 **O SR. FÁBIO PAIVA (SENA- RS)** – Bom dia a todos, Eu sou Fábio Paiva e
295 acompanho a secretaria do Governo do Rio Grande do Sul.

296 **A SRª PRISCILA COSTA (SISNAMA)**– Bom dia, me chamo Cristina Costa, faço
297 parte, sou equipe técnica do SISNAMA.

298 **A SRª JÚLIA MARTINS** – Oi, bom dia a todos e todas, Meu nome é Júlia Martins,
299 eu sou da Federação Geral da Apoio ao CONAMA.

300 **Interlocutora não identificada** - Foi bem mudo, se ligar o ar, não é?

301 **A SRª NEUSA HELENA** – Eu trabalho no departamento de educação ambiental,
302 CSEx e, me chamo Neusa Helena.

303 **A SRª JOANA** – Olá, bom dia a todas e todos, meu nome é Joana, sou Analista
304 Ambiental e trabalho no departamento de Apoio Econômico.

305 **A SRª THAÍS FERREIRA** – Olá, bom dia a todos e todas, sou Thais Pereira,
306 coordenadora-geral de Educação Ambiental aqui do Departamento de Educação
307 Ambiental.

308 **A SRª ISIS RAFAELA RODRIGUES DA SILVA (Secretaria do Estado de Meio**
309 **Ambiente e Sustentabilidade – PB)** – Bom dia também a todas e todos, eu sou
310 Isis, também sou coordenadora-geral do Departamento de Educação Ambiental
311 do CSEx.

312 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** –
313 Vocês estão vendo que a educação ambiental está dominando o avião, se
314 cuidem, hein? Sejam bem educados.

315 **O SR. ANDRÉ LIMA** – Bom dia, André Lima, secretário na Secretaria
316 Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental
317 Territorial, ex estagiário do Mário Antônio.

318 **Interlocutor não identificado** - Aliás, quem me procurou no segundo dia foi
319 justamente o SOS Pantanal.

320 **O SR. PAULO ANTÔNIO LIMA** - Bom dia a todos, paulo Antônio Lima, analista
321 ambiental do Departamento de Apoio ao CONAMA.

322 **O SR. MARCO BELMON-** Bom dia. Marco Belmon, também equipe técnica do
323 Departamento [ininteligível].

324 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** –
325 Muito bem. Muito obrigado a todos, vamos então dar início. Os senhores que
326 receberam a pauta? Nós temos aí um item inicial, Estados e Municípios,
327 apresentação de temas de interesse, na sequência temos, Conferência do Meio
328 Ambiente. A Marcela Moraes, diretora do Sisnama, vai apresentar como é que
329 nós estamos pensando esse processo e, evidentemente vamos contar muito
330 com a parceria com os Estados e Municípios para implementar. Na sequência,
331 o André Lima fará uma apresentação sobre uma ideia, ainda em início de
332 discussão, ainda numa proposta acabada, sobre a construção de um pacto
333 federativo pelo desmatamento zero. Isso é um tópico bastante importante.
334 Depois teremos uma discussão sobre gestão de resíduos, logística reversa.
335 Eduardo Santos vai apresentar. Lembrando que nós estamos premidos por uma
336 provisão legal de encerramento de todos os lixões até o ano que vem, e vamos
337 ter que trabalhar isso com muito afinco, com muita seriedade, para ver como é
338 que nós vamos lidar com esse problema crônico do Brasil e que nós temos que
339 resolver definitivamente. Finalmente, teremos uma discussão sobre gestão
340 integrada de unidades de conservação. A diretora Iara Vasco do ICMBio vai
341 apresentar isso para vocês. Aliás, Iara, eu até queria chamar a atenção para
342 uma... Se o Mário Mantovani deixar a gente trabalhar... Alguém tem algemas ou
343 mordaca? Senão não vai dar para trabalhar com o Mário Mantovani na mesma
344 sala, mas Iara, eu não sei se você teve a oportunidade de ver um texto publicado
345 pela SOS Mata Atlântica a respeito da falta de registro de unidades de

346 conservação municipais no nosso Cadastro Nacional de Unidades de
347 Conservação. Uma coisa impressionante, fiquei... Aliás, era um assunto que eu
348 ia até tratar contigo, acabei não dando tempo, mas nós vamos ter que fazer uma
349 integração e um esforço com os municípios para que o CNUC, o meu Cadastro
350 Nacional, inclua essas unidades de conservação municipais que fiquei surpreso
351 com o número em termos tanto de unidades como o número de hectares sob
352 proteção dos municípios que simplesmente não aparece no nosso Cadastro
353 Nacional. então nós precisamos fazer um esforço para isso, vamos contar muito
354 com a ANAMMA para isso daí.

355 **O SR. MÁRIO MANTOVANI (ANAMMA)** – Eu estava falando justamente sobre
356 isso com o apoio da Fundação Florestal para quando [inaudível].

357 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** –
358 Ele vai apresentando o currículo dele ao longo das falas, vocês perceberam,
359 não? Cada fala que ele faz, ele dá algum título.

360 **O SR. RODRIGO AGOSTINHO (MMA/IBAMA)** – Mas apenas a título de
361 colaboração, eu já fui secretário municipal e é muito trabalhoso incluir uma
362 unidade municipal. A gente precisa simplificar as mudanças, a gente tem um
363 outro problema que as mudanças do site velho para o site novo, essa é uma
364 ferramenta que está no site velho, então se a gente não facilita a vida do
365 município, não sabe para onde entra, em que lugar que ele tem que colocar.
366 Esse é um tipo de ferramenta que a gente precisa simplificar, e depois fazer uma
367 estratégia de comunicação, acho que a ANAMMA também pode ajudar para que
368 todo mundo possa cadastrar suas unidades.

369 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** –
370 Vamos trabalhar com isso. Depois nós vamos ter uma discussão sobre a revisão
371 do regimento interno, com a apresentação de propostas a ser submetida na
372 próxima reunião da comissão tripartite e o agendamento das próximas reuniões
373 e encerramento. Marcela falou que vai ter um coffee break, mas por um jeito não
374 vai ser possível utilizar esse coffee break, não é Marcela?

375 **A SR^a. MARCELA MORAES (Diretora do DISISNAMA)** – Tudo bem.

376 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA) –**
377 Então, nesse primeiro momento, a pessoa não tem mais interesse, mas eu vou
378 passar a pedir para a Marcela coordenar. Por favor, Marcela.

379 **A SR^a. MARCELA MORAES (Diretora do DISISNAMA) –** Bom dia a todos e a
380 todas. Então, olha, a gente pensou na seguinte dinâmica, nessa primeira parte
381 seria um espaço para os estados e municípios então trazerem seus pontos de
382 pauta, porque a ideia dessa primeira reunião de retomada é a gente justamente
383 pensar nessa agenda comum e, depois da gente fazer esse mapeamento inicial,
384 a gente trouxe alguns temas do governo federal que a gente achou que seriam
385 importantes de discutir com os estados e municípios. A gente pensou em até
386 cinco minutos para cada titular poder falar um pouquinho então dos temas que
387 gostaria de trazer. E eu acho que a gente poderia, enfim, acho que as pessoas
388 podem se inscrever e vir ao púlpito para falar ou falar do próprio lugar, aí teria
389 que circular o microfone.

390 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA) –**
391 Melhor vir ao púlpito porque assim todo mundo pode acompanhar.

392 **A SR^a. MARCELA MORAES (Diretora do DISISNAMA) –** Sim.

393 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA) –**
394 Está aberto a inscrição? Por favor. Ok. Acho que está desligado.

395 **O SR. LUÍS MARCELO MARCONDES (ANAMMA) –** Bom, então novamente,
396 bom dia a todas e a todos. Eu quero trazer aqui como encaminhamento já a
397 questão das unidades de conservação para o cadastro. Também fui secretário
398 municipal e deixei a secretaria, fui para a vereança, deixei a vereança, vim para
399 a ANAMMA e até hoje nós não conseguimos realizar um cadastro de uma
400 unidade lá em Aparecida. Sou de Aparecida, estado de São Paulo, Aparecida do
401 Norte, para aqueles que assim conhecem. Fizemos um trabalho muito grande lá
402 junto com a SOS, o Mário participou também, fizemos um trabalho de
403 reflorestamento, então nós eu trago aqui junto com o Rodrigo esse pedido ao
404 ministério. Mas assim, reforçando como pauta, formação, qualificação para os
405 municípios. Então uma parceria do Instituto ANAMMA, da ANAMMA, junto com
406 o André, junto com o Departamento de Educação Ambiental. Então nós vamos,

407 pensamos aí a questão de conscientização, de formação de gestores, então
408 esse seria um encaminhamento para unidades de conservação, para o ambiente
409 urbano. Então envolve também a questão de resíduos, e a questão de resíduos,
410 qualidade urbana, então estou fazendo uma conexão aqui entre as secretarias
411 com a ANAMMA. Então nós ficamos à disposição para construir essas
412 ferramentas, junto com cada um dos senhores e senhoras aqui presentes, então
413 basicamente é isso o que eu reforço. O censo, sim, nós temos hoje já um censo
414 da ANAMMA que nós estamos realizando desde 2017 e ele foi atualizado na
415 pandemia e nós conseguimos evoluir muito e nós queremos retomar, e aí eu faço
416 esse encaminhamento também para que a gente possa unificar esses esforços.
417 A ANAMMA ela já captou quase dois mil municípios, é um censo bem amplo,
418 nós podemos aqui levar esse encaminhamento para a Abama também para que
419 a gente possa estreitar esses laços e chegar lá na ponta naqueles municípios
420 que carecem até de acesso à internet.
421 Então é censo e formação. Eu vejo que seria o principal encaminhamento do
422 Instituto ANAMMA. Obrigado.

423 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA) –**
424 Bem, é interessante essa questão dessa conexão entre a questão das unidades
425 de conservação. Nós temos a Academia do ICMBio talvez pudesse estudar um
426 convênio com a ANAMMA do Instituto ANAMMA no sentido de formação de
427 institutos profissionais, funcionários de municipais que atuam em unidades de
428 conservação. Se fosse uma coisa bem concreta, bem interessante de se
429 considerar. Quem é o próximo? Por favor. Eu, mais uma vez, peço desculpa
430 dessa reunião em auditório, não é o melhor formato, mas, infelizmente, estamos
431 seguindo.

432 **O SR. WELISSON SILVEIRA (ANAMMA) –** Bom dia a todos mais uma vez. E
433 eu queria só, Capobianco, como primeiro exercício, a gente vai começar na
434 semana que vem as Caravanas Federativas, 24 e 25, se não me falha a
435 memória, e aí a gente já está conversando, estava conversando com a Mônica,
436 vai começar lá na Bahia e o MMA vai estar presente, então a gente pode pensar
437 em algo já no nível que a gente conversou, André, em relação a relacionamento
438 entre União, Estado e Município do ponto de vista de licenciamento, de

439 competência, LCP 140, enfim, algo nesse sentido. Algo que veio aqui na
440 memória que a gente pode colocar isso para... A previsão nossa lá é que dos
441 417 municípios venham algo em torno de 350, então a gente vai ter uma
442 expectativa de 1.500 pessoas nos dois dias. Então acho que a gente pode fazer
443 um exercício nesse sentido, fazer um workshop, vão ter espaço para painéis,
444 vão ter espaço para a gente poder fazer mesas redondas, acho que é bacana a
445 gente poder trabalhar nesse sentido. É só essa contribuição.

446 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA) –**
447 Mais alguém gostaria de fazer uso da palavra nesse momento de palavra livre?
448 Por favor.

449 **O SR. EDUARDO SODRÉ MARTINS –** Bom dia, bom dia mais uma vez. Oi. Eu
450 queria aproveitar essa oportunidade e esse espaço de diálogo, como o secretário
451 Capobianco colocou, de integração para trazer também algumas angústias de
452 alguns anos represadas. Esse momento de interlocução, de diálogos, de
453 debates e não de embates, como muito bem colocou o secretário, nos traz a
454 necessidade de colocar exatamente nessa primeira reunião, algumas situações
455 que são emergentes principalmente aos municípios, onde como o presidente
456 Marçal colocou, as coisas acontecem e apertam o calo. Eu listei algumas
457 questões e aí primeiro ato conseqüente, naturalmente a instalação das
458 comissões estaduais, que deve ser algo imediato e recorrente após essa
459 reunião, é emergente que os estados possam se reunir para trazer as discussões
460 locais. Não vou trazer aqui situações de estado A, B ou C, mas existem
461 discrepâncias, existem diferentes formas de relacionamentos que estão
462 acontecendo nos estados em relação à atuação, distribuição de competências,
463 discussão sobre a interpretação da lei complementar 140, sobre a esfera de
464 delegação de competência ou competência originária aos municípios, aos
465 estados próprios, da própria união. Então, essa definição que a própria lei
466 complementar 140 coloca algumas situações em dúvidas e o próprio Supremo
467 Judiciário tem enfrentado essa matéria, é preciso que nós, de uma forma de
468 diálogo e de compartilhamento das situações, que a gente chegue a um
469 consenso, não é natural que a gente esteja em alguns estados litigando
470 municípios, outros estados ou outros entes federativos brigando por

471 competência quando o nosso objetivo é único e um só, a gente somar esforços
472 para que a gente possa prestar o melhor serviço de fiscalização e licenciamento
473 ambiental. A questão que o Presidente Agostinho colocou da TCFA também é
474 algo que há muitos anos vem sendo discutido, vem sendo colocado em pauta,
475 mas que a gente não consegue avançar, e é preciso estabelecer uma política de
476 financiamento aos municípios e aos estados também, a discussão precisa ser
477 posta na mesa, e a questão da TCFA deve ser pautada porque, se por um lado
478 os municípios carregam a necessidade da fiscalização local, mas, muitas vezes,
479 os órgãos ambientais municipais são criados por mero sabor político, para
480 colocar cargos políticos e não efetivamente para cumprir o seu mistério, então é
481 preciso regramentos, é preciso atingir o que a própria lei complementar 140
482 coloca dos requisitos para que, efetivamente, seja cumprido. Dentro ainda da
483 política de financiamento ambiental, a saúde, por exemplo, assistência social
484 possui uma política muito bem definida e distribuída, até de forma
485 descentralizada, conseguindo chegar efetivamente a resultados. Então, por que
486 não criar um SUS ambiental dentro de uma política de financiamento e
487 distribuição federativa atingida, metas atingidas, requisitos, para que essas
488 ações sejam distribuídas e alcançadas. Não simplesmente editais com
489 publicações de recursos que, eventualmente, podem ser aderidos por municípios
490 ou estados, mas uma política efetiva de distribuição e financiamento ambiental.
491 A questão da agenda climática é integrada entre os órgãos do meio ambiente.
492 Então, a política climática, os municípios possuem, sim, a direta atuação e a
493 necessidade, enquanto você tem vinte e pouco, mais de vinte e sete municípios,
494 acho que, acredito que treze capitais que possuem plano de ação climática, é
495 preciso que haja uma linha de padronização, que um entre e não saia na frente
496 de outro, deixando um ente para trás, porque se cada um fizer a sua parte, é
497 aquela história da gota do oceano. Então, que haja uma política padronizada, o
498 governo federal tem avançado muito em relação à política climática e os
499 municípios têm buscado cumprir a sua parte, então é preciso uma discussão
500 integrada dessa agenda climática. A padronização dos funcionamentos dos
501 conselhos de meio ambiente. A gente chegou aqui, acho que o presidente Capó
502 colocou, o secretário Capó colocou que aqui é o mini CONAMA e, a gente viu o
503 quanto o CONAMA já tem avançado em razão de uma política de inclusão de
504 entidades, de órgãos, de entidades representativas da sociedade, e muitas

505 vezes a gente não vê isso nos conselhos estaduais, se quer, em alguns
506 conselhos estaduais, os municípios têm participação nos conselhos, então essa
507 participação e essa integração, se em Minas Gerais, se no Rio Grande do Sul,
508 existe uma efetiva de participação dos municípios, porque na Paraíba não tem,
509 em Pernambuco, em Sergipe, então é preciso ter uma integração, a
510 padronização do que, como está acontecendo o funcionamento desses
511 conselhos estaduais e municipais também. E aí, por fim, a relação entre os
512 órgãos, IBAMA, os órgãos estaduais e os órgãos municipais, para que
513 efetivamente as comissões tripartites estaduais possam ser esse ambiente,
514 assim como está sendo esse aqui, de diálogo, de integração e de troca de
515 experiências. Obrigado e desculpe ter me estendido.

516 **O SR. MÁRIO MANTOVANI (ANAMMA)** – Esse cara falou muito, só dois pontos
517 para complementar, porque eu ia trabalhar a questão dos conselhos municipais
518 de meio ambiente, mas eu queria lembrar dois pontos importantes. Um é a
519 questão do ICMS ecológico que a gente teve essa reforma tributária, já estou
520 conversando com o André, vou até nomear ele parceiro da ANAMMA nessa
521 discussão, porque isso é importante, eu trabalho lá como presidente da
522 Fundação Florestal, a pressão do Vale do Ribeira, todos os prefeitos estão muito
523 atentos a isso, descobrando. E o outro ponto...

524 **A SR^a. MARCELA MORAES (Diretora do DISISNAMA)** – Ô Mário, se identifica,
525 porque eu vou pedir para todo mundo por causa da transcrição.

526 **O SR. MÁRIO MANTOVANI (ANAMMA)** – Mário Mantovani, ANAMMA. Eu acho
527 que é importante a gente falar essa questão dos conselhos municipais. Eu até
528 aqui, com a abertura do Capobianco, lembrar do doutor Paulo Nogueira Neto,
529 que foi aquela primeira experiência que a gente fez, se vocês terem uma ideia,
530 já em 82 eu fui contratado para fazer os conselhos de meio ambiente em São
531 Paulo, fiz mais de 300 conselhos, e é importante a gente trazer, porque se nós
532 não tivermos isso, a Lei Complementar 140, a sua aplicação fica comprometida,
533 todas essas atividades ficam comprometidas, então eu queria trazer sobre isso.
534 E o último ponto, que não foi falado nessa lista grande que foi apresentada, é a
535 questão dos planos de biodiversidade, o EPAMB, que está aí, a gente está
536 participando pela ANAMMA, junto com o Bráulio, na questão de biodiversidade.

537 Já existem os planos de Mata Atlântica, estava falando agora com o nosso
538 secretário da Bahia, vários dos outros que querem depois implementar esses
539 planos, mas nós já tivemos um trabalho bacana lá com a Marjorie também, mas
540 o importante era a gente trazer isso para os outros biomas, no Pantanal, na
541 Amazônia, todos os lugares que se tiver um plano de biodiversidade,
542 reconhecendo com os mapeamentos que a gente tem, tanto do INPI, de todos,
543 onde estão essas florestas que têm que ser protegidas, fica mais fácil para o
544 município atuar, para o Estado, com relação à questão do licenciamento. Então,
545 mais esses dois pontos que eu acho que são importantes.

546 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA) –**
547 Excelente. Nós estamos vendo aqui uma oportunidade, pela fala de todos, de
548 nós avançarmos para algumas parcerias muito concretas, com objetivos muito
549 claros. Ah, o Maurício chegou, tudo bem. Nós temos várias propostas, eu queria
550 anexar também algo absolutamente fundamental, que nós estamos iniciando a
551 discussão, inclusive estamos organizando um seminário que ocorrerá em breve,
552 e os municípios terão um papel central nisso, que é a discussão sobre os planos
553 de adaptação às mudanças climáticas. Os municípios têm um papel
554 absolutamente central nas ações de adaptação, visto que as mudanças
555 climáticas não se constituem um problema do futuro, já são um problema do
556 presente, então há que haver uma ação muito organizada, com recursos, como
557 foi dito aqui, com transferência de recursos, planejamento conjunto, priorização
558 de áreas críticas, para que haja uma ação consistente para evitar desgraças,
559 como ocorreu agora em São Sebastião, no norte de São Paulo, recentemente.
560 No mesmo momento em que nós tivemos o desastre em São Sebastião, com
561 dezenas de mortos, nós tivemos a maior seca no Rio Grande do Sul, afetando
562 toda a produção agropecuária, ou seja, nós estamos vivendo já situações críticas
563 ocorrendo, inclusive, simultaneamente. Então, uma ação de adaptação,
564 previsão, para que esses impactos possam ser minimizados, eles não vão poder
565 ser evitados, porque nós não vamos conseguir fazer isso na escala necessária,
566 mas eles podem ser muito minimizados, com uma ação integral de planejamento,
567 ação e ações preventivas e de adaptação, e elas vão se dar nos municípios.
568 Então, a União e os Estados têm aí um papel central no apoio aos municípios,
569 na implantação de um programa efetivo para isso. Mauren, por favor.

570 **A SR^a. MAUREN LAZZARETTI (ABEMA)** – Obrigada. Bom dia a todos. Eu
571 quero, inicialmente, pedir desculpas, mas foi um problema de aereo de vôo,
572 tivemos um atraso e um problema médico na aeronave. Então, eu vou ser muito
573 rápida, porque nesse momento...

574 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** –
575 Mas tudo bem com a pessoa?

576 **A SR^a. MAUREN LAZZARETTI (ABEMA)** – Sim, tudo bem. Mas isso acabou
577 atrasando a minha chegada aqui, eu peço desculpas. Nesse momento inicial em
578 que nós estamos falando de sugestões, os que me antecederam concordo
579 plenamente com todas elas, ainda no início desse ano, nós temos conversado
580 com a ANAMMA, e também com o Ministério de Meio Ambiente, da necessidade
581 dessa integração, então esse momento, acho que é ímpar para que nós
582 possamos definir as nossas prioridades. No âmbito da agenda dos Estados, da
583 ABEMA, nós já consignamos como prioridade a agenda que trata do
584 licenciamento, também da descentralização, e o fortalecimento para as ações
585 fiscalizatórias. Acho que nós temos um acumulado de experiência, União,
586 Estados e Municípios, que a sobreposição e os conflitos que giram em torno das
587 competências, isso traz um desgaste a nós, órgãos federativos, e também uma
588 sensação de insegurança para a população, que esse espaço tem o poder de
589 reduzir, de mitigar, acho que esse é um dos grandes objetivos, e obviamente,
590 que nessa escala, o licenciamento, a fiscalização, eles estão no topo dos nossos
591 problemas diários, sem esquecer, obviamente, das nossas agendas de
592 biodiversidade. A ABEMA também, agora esse ano, criou uma Câmara Técnica
593 de Biodiversidade, com o objetivo de apoiar os Estados na implementação, e
594 acredito que possa ser um modelo que nós trabalhamos em conjunto, o
595 Ministério de Meio Ambiente, a ANAMMA e a ABEMA, assim como a Câmara
596 Técnica de Mudanças Climáticas. Então, é só falar um pouquinho dessa
597 estrutura da ABEMA, que tem total convergência com a agenda que nós estamos
598 propondo aqui na Comissão Tripartite. E já coloco também a ABEMA à
599 disposição para articularmos, no âmbito dos Estados, a criação das comissões
600 estaduais. Bom, era só isso. Muito obrigada.

601 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA) –**
602 Excelente. Mais alguém que gostaria de fazer a palavra?

603 **O SR. MARÇAL CAVALCANTE (ANAMMA) –** Marçal Fortes.

604 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA) –**
605 Marçal, por favor, Marçal.

606 **O SR. MARÇAL CAVALCANTE (ANAMMA) –** Nós falamos aqui muita coisa, e
607 só queria acrescentar a questão da arborização, que é um clima que está agora,
608 que vai ser tema na legislação, no Congresso, é de muita importância que os
609 Estados e os municípios estejam atentos para que a gente possa implementar,
610 porque tem financiamento para isso, então ele já vai vir com um escopo de
611 financiamento, e a Comissão Tripartite pode dar uma ajuda muito legal nisso.
612 Essa contribuição, porque todos falaram muitas coisas do que nós estamos
613 cuidando. Pedi uma audiência ao senador Renan Calheiros, já deixando de
614 público, para a questão do ICMS Verde. Está um problema muito sério nos
615 estados e nos municípios, há uma perda muito grande para o município na
616 questão dos ICMS verdes, dos ICMS ecológicos, nas formas que estão, então
617 acho que a comissão tripartite vai poder ter uma gerência muito legal e chegando
618 muito próximo nos estados, para que a gente possa, como a Mauren disse, voltar
619 à convergência e conversar como nós estamos fazendo.

620 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA) –**
621 Em relação a esse tópico do ICMS verde, nós temos feito uma discussão a
622 respeito disso. Seria interessante, André, a gente fazer uma conversa com a
623 ANAMMA e ABEMA, e fazer uma proposta integrada. Então, acho que isso é
624 uma coisa, um destaque importante, mas vamos trabalhar, já temos algumas,
625 temos uma alternativa, é óbvio que o nosso esforço vai ser de resguardar, de
626 manter, de proteger o ICMS ecológico, para que ele continue sendo um
627 instrumento de apoio aos municípios na gestão ambiental. Vamos trabalhar
628 nisso, vamos fazer essa, vamos envolver os dois, acho que reforça a nossa
629 estratégia. Muito bem. Desculpa.

630

631 **O SR. MARÇAL CAVALCANTE (ANAMMA) –** E o projeto de arborização, eu

632 cometi uma gafe, é do nosso deputado Rodrigo Augustinho, quando estava na
633 Câmara, só para deixar registrado.

634 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA) –**
635 Chamou, o Rodrigo chamou ele na, vocês perceberam, não é? Chamou ele na
636 real ali, não é?

637 **O SR. RODRIGO ANTONIO AGOSTINHO MENDONÇA (Presidente do**
638 **IBAMA) -** Só lembrei.

639 **O SR. MÁRIO MANTOVANI (ANAMMA) –** Se a gente já puder sair daqui com
640 quem são os interlocutores desse assunto aí do ICMS.

641 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA) –**
642 Espera só um minutinho, antes a secretária Marjorie já pediu a palavra. Então,
643 só para atender ao André, como nós de fato estamos muito preocupados com a
644 questão do ICMS ecológico, e nós já estamos discutindo uma forma que a gente
645 pode resguardar ou recuperar o ICMS ecológico na realidade. Seria importante,
646 então depois, para o André, o nosso ponto focal aqui, que a ANAMMA depois e
647 a ABEMA apresentem para ele, quem é a pessoa para a gente seguir juntos aí.
648 Provavelmente vão ter algumas audiências nos próximos dias, é importante que
649 esteja a ANAMMA e a ABEMA representados nessas audiências.

650 **O SR. MÁRIO MANTOVANI (ANAMMA) –** Último ponto, prometo.

651 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA) –**
652 A secretária Marjorie pediu a palavra antes de você, querido.

653 **A SRª MARJORIE KAUFFMANN (ABEMA) –** o meu não é do ICMS, mas na
654 verdade, é sobre a questão das mudanças climáticas, que a ABEMA, no ano
655 passado, realizou o roadmap das ações de todos os estados, e a gente poderia
656 fazer a apresentação disso aqui, porque aqui temos grandes métricas que foram
657 desenvolvidas em cada estado, e também serve de orientação para os
658 municípios. E, atualmente, a gente copiou a iniciativa da ABEMA para o estado
659 do Rio Grande do Sul, e tivemos um financiamento para realizar isso nos
660 municípios, então acho que seria uma maneira, porque a gente tem um município
661 que está super avançado e tem aquele que nem sabe o que é mudanças

662 climáticas, então trata de uma pauta educativa e também de agregar todas as
663 ações que são desenvolvidas no estado. Então, coloco à disposição a ABEMA
664 para a apresentação do roadmap.

665 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA) –**
666 Eu vou pedir para o Guilherme Chico, na diretoria aqui da SESEC, que está junto
667 com a Secretaria de Mudanças do Clima, trabalhando em uma preparação desse
668 seminário. E vou pedir, Guilherme, que você entre em contato com a secretária
669 Marjorie para organizar e entender bem isso aí, isso vai ser muito útil, inclusive,
670 podemos até organizar isso para ser uma das apresentações do nosso
671 seminário, que vai ser um seminário amplo, vai ser muito útil. Então, o Guilherme
672 vai te procurar, secretária, logo na sequência aqui. Mário Montovani.

673 **O SR. MÁRIO MANTOVANI (ANAMMA) –** O pessoal da nossa assessoria
674 lembrou, nós temos um ponto que soma com a questão dos planos de
675 biodiversidade, é a questão do CAR e do PRA, a ANAMMA preparou uma
676 proposta para 3.700 municípios com menos de 20 mil habitantes para a gente
677 acompanhar a efetiva implementação do CAR e do PRA. O maior problema
678 ambiental brasileiro é fundiário ainda, a gente sabe disso e talvez aí decorra
679 todos os outros problemas. Então, a gente teria que ter uma atuação com esses
680 municípios, até para acompanhar, porque a gente não sabe até agora, como vai
681 andar a questão do CAR e do PRA, 02% só de efetividade na consolidação
682 desses planos...

683 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA) –**
684 Na validação.

685 **O SR. MÁRIO MANTOVANI (ANAMMA) –** É, na validação. Esse CAR
686 dinamizado que está sendo feito ainda tem muito problema, eu digo isso por São
687 Paulo, principalmente por conta da cana, a gente tem que fazer um trabalho com
688 os municípios em cima do CAR e PRA, principalmente PRA, para as metas de
689 restauração, se a gente quiser avançar.

690 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA) –**
691 Excelente, Mario, bem lembrado. Importantíssimo. Pois não. Não, fique à
692 vontade, por favor. Estamos aqui.

693 **O SR. EDUARDO SODRÉ MARTINS (SEMA/BA – ABEMA)** - Esqueci de falar
694 sobre o comitê gestor da aula. Então, até ontem chegou aqui de alguns
695 municípios eleitorais, ambientes de discussão e integração entre estados,
696 municípios e IBAMA também, restabelecer essas ações, definição de
697 competência, alguns termos de gestão orla, vem o ônus e não pode fazer nada,
698 então rediscutir, reimplantar, colocar realmente para funcionar o comitê gestor
699 da aula.

700 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** –
701 Perfeito, perfeito. Bom, vamos então. Muito obrigado, acho que foi excelente.
702 Você vê que a pauta é muito, é uma pauta ampla, mas eu fico muito contente
703 que a gente tem muito objetivo. Claro, nós vamos ter que organizar bem o
704 trabalho para dar conta dessa, de aproveitar tudo isso que já está acontecendo.
705 Acho que um dos pontos importantes de ocasiões como essa é verificar como
706 os processos estão andando, os municípios, os estados, a União estão todos
707 trabalhando. Se nós pudermos entregar, não, se nós entregarmos isso de forma
708 adequada, nós vamos ganhar escala, vamos ganhar eficiência, vamos ganhar
709 sinergia, então acho que o desafio é esse aqui. Muito obrigado por esse ponto.
710 Vamos organizar isso na pauta, na memória dessa ata, para ficar bem registrado
711 todas as oportunidades, e já vamos trabalhar algumas delas para dar
712 consequência a isso. Então, na sequência... A sugestão é começar pelo André.
713 A Marcela está propondo uma inversão aqui, e começar pelo André Lima. Não
714 sei bem por que motivo, mas eu acho ótimo. Vamos lá. André Lima, por favor. A
715 única coisa que eu queria fazer uma pequena correção aqui se é que é uma
716 correção, mas chamar a atenção que você colocou aqui na pauta, a construção
717 do Pacto Federativo é uma ideia que ainda está no início de construção, pelos
718 padrões zero, no Brasil, né? É que está na Amazônia. Não é?

719 **O SR. ANDRÉ LIMA** – Chegaremos lá.

720 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** –
721 Então, por favor. Essa foi à determinação do Presidente Lula, então fica um
722 pouco complicado.

723 **O SR. ANDRÉ LIMA** – Mas é que a gente começou o diálogo com os municípios
724 amazônicos para a gente não falar só em tese. Esse microfone está ruim, né?
725 Vamos tentar este outro. Não tem um terceiro, então vai esse mesmo. É que tem
726 que... Mas... É porque eu estou quase engolindo o microfone. Eu não tomei café
727 da manhã, mas... Mas... É porque tem uma reunião sobre o projeto de lei de
728 licenciamento ambiental às 11 horas, na Casa Civil. Bom, primeiro, bom dia mais
729 uma vez aos amigos e amigas aqui, é uma alegria estar presente. É a primeira
730 vez que eu participo de uma reunião tripartite. Apesar dela já estar aí há mais de
731 20 anos. Nós estamos com a apresentação ali, né? Não? Sim? Então, nós vamos
732 falar aqui de uma iniciativa que está se desdobrando de uma série de ações que
733 a gente está fazendo para enfrentamento desse tema que é um dos grandes
734 desafios da agenda socioambiental e climática brasileira que é a contenção, o
735 controle, a redução do desmatamento e a gente colocar o desmatamento no
736 trilho, no veio do desmatamento zero até 2030 que foi a meta estabelecida aí
737 pelo Presidente da República, pela Ministra Marina e não só, como bem lembrou
738 o Secretário Capobianco, não só na Amazônia, mas a gente começou esse
739 enfrentamento pela Amazônia dado o fato de que pegamos um desmatamento
740 muito crescente na Amazônia. Então, aqui eu vou começar trazendo alguns
741 dados para a gente poder depois falar dos desdobramentos a partir desses
742 dados, né, colocar um pouco de informação. Então, aqui vocês vêem, né? O
743 desmatamento até 2012, ele veio numa descendente, entre 2012 e 2016 ele
744 estabilizou e a gente vem observando de 2016 para cá uma aceleração, um
745 crescimento importante. Nós estamos aqui, vocês olham embaixo ali, primeira
746 fase, segunda fase, terceira fase, quarta, entrando agora aqui no que a gente
747 está chamando de quinta fase do PPCDAM, que é o Plano de Prevenção e
748 Controle dos Desmatamentos na Amazônia. Um detalhe aqui, entre 2007 e 2008,
749 eu estava aqui no Ministério do Meio Ambiente como diretor do Departamento
750 de Controle do Desmatamento e nós trouxemos a proposta da estratégia de
751 municípios críticos, municípios prioritários para o enfrentamento do
752 desmatamento, ou seja, sair daquele debate nacional ou dos estados e
753 realmente trazer o debate para o campo dos municípios, que aliás, a gente avalia
754 que foi um dos motivos pelo qual, inclusive, o desmatamento de 2008 até 2012
755 teve mais um ciclo importante de redução a partir do momento em que essa
756 estratégia foi chegando no chão. Próximo slide. Então, eu quero mostrar um

757 pouco, a gente pegou o desmatamento subindo no bioma Amazônia. Agora, o
758 dado de julho, que a gente divulgou numa última coletiva feita alguns dias atrás,
759 a queda de 66%, comparando com os meses de julho dos anos anteriores, e o
760 mês de julho é um mês bastante intenso em desmatamento, é um dos meses
761 com maior taxa de desmatamento ao longo de todo o ano. Próximo slide. No
762 período de janeiro a julho, o acumulado de redução de desmatamento já chega
763 à ordem de 42,5%, também uma redução bastante expressiva comparado com
764 o mesmo período de janeiro a julho. Próximo slide. E a gente observando, eu
765 quero dar um destaque para essa transição, para essa mudança radical do
766 segundo semestre do ano passado, entre agosto e dezembro, vocês vejam que
767 a taxa de 2023, comparada com 2022, mesmo 2021, crescimento de quase 55%,
768 ou seja, pegamos a nave do desmatamento decolando em uma taxa muito
769 intensa, e nos primeiros seis meses já, não só houve uma contenção, mas tem
770 uma derrubada expressiva nessa taxa. Isso é importante trazer porque logo mais
771 nós vamos soltar o dado do INPE, o dado anual de desmatamento que é
772 contabilizado de 1º de agosto de um ano a 31 de julho do outro ano. O fato é que
773 de agosto à dezembro do ano passado a gente teve uma alta muito grande. O
774 que a gente conseguiu fazer nesse primeiro semestre de 2023 foi anular a alta
775 muito grande do que vinha o desmatamento, mas infelizmente a taxa anual ainda
776 não vai ser uma queda tão grande quanto a que a gente observou e realizou
777 nesse primeiro semestre. Próximo slide. Eu vou passar rapidamente. Isso se
778 desdobra em praticamente todos os estados. Pará, crescendo no segundo
779 semestre caiu significativamente no primeiro semestre desse ano. Mato Grosso,
780 vinha em uma ascensão forte no semestre passado, começou uma queda neste
781 semestre, Amazonas também. Segundo semestre de 2022 o desmatamento
782 disparando e uma queda muito brusca já entre janeiro e julho. Lembrando que o
783 Amazonas foi foco de uma ação muito forte intensa do Ibama. Então tem um
784 conjunto de ações que vem sendo feitas. Próximo slide. A Rondônia também é
785 a mesma coisa. Conjunto importante de ações, a primeira delas logo no 1º de
786 janeiro o presidente Lula assinou dentre os dez decretos que ele assinou no dia
787 1º de janeiro cinco foram da área ambiental e um deles o restabelecimento da
788 comissão interministerial de controle do desmatamento. E no dia oito de fevereiro
789 nós reinstalamos a subcomissão do PPCDAm começamos a trabalhar no
790 desenvolvimento no desenho desse novo plano que foi lançado no dia cinco de

791 junho, houve um aumento expressivo apesar das dificuldades que o presidente
792 Rodrigo Agostinho mencionou no começo da reunião, um aumento substancial
793 de multas, embargos, apreensões pelo Ibama e pelo ICMBio também chegando
794 inclusive a atuar na apreensão de gado em áreas embargadas e unidades de
795 conservação. Uma novidade importante que na verdade não é exatamente uma
796 novidade, já vinha sendo aplicada, mas agora está sendo aplicada em escala, é
797 a aplicação do embargo remoto, do uso do solo, as áreas desmatadas. Também
798 no âmbito do cadastro ambiental rural, ações importantes de cancelamento
799 suspensão e pendências de cadastros em terras indígenas unidades de
800 conservação, florestas públicas não destinadas. Em parceria, inaugurando a
801 parceria com os estados, com o estado do Pará nós fizemos uma ação bem
802 importante, que a gente quer evoluir com vários outros estados, que é a
803 notificação de imóveis com o desmatamento ilegal através do sistema do próprio
804 CAR suspendendo o cadastro nos casos em que não há resposta não há
805 autorização de supressão é uma ação importante que a gente vem
806 desenvolvendo também através do cadastro ambiental rural e agora com o CAR
807 no MGI, isso vai sofisticar, isso vai se tornar ainda mais eficiente. Como eu falei,
808 a apreensão de produção, e uma medida bem importante que foi a nova
809 resolução do Conselho Monetário Nacional, que incluiu os estados agora estão
810 sendo considerados também na norma do Banco Central, portanto os embargos
811 estaduais também vão criar restrição de acesso a crédito, os embargos
812 obviamente de desmatamento ilegal e a suspensão do cadastro ambiental rural
813 também vai significar um impedimento de acesso a crédito, antes era só o
814 cancelamento que era uma medida muito radical cancelar o CAR é uma medida
815 extrema, mas a suspensão dele também vai gerar algum tipo de restrição de
816 acesso além dos juros que vai baixar para quem tiver com o cadastro analisado
817 sem pendências isso vai gerar inclusive uma pressão nos estados para validar
818 mais o CAR porque vai ter um benefício financeiro. O PPCDAN eu vou passar
819 muito rapidamente os que são da Amazônia já conhecem, ele é formado em
820 quatro eixos esses eixos do PPCDAN também a gente pretende reproduzir com
821 adaptações para os demais biomas, mas é o eixo de atividades produtivas
822 sustentáveis monitoramento e controle, ordenamento fundiário instrumentos
823 normativos e econômicos e para cada eixo um conjunto de objetivos, para cada
824 objetivo um conjunto de resultados esperados, para cada resultado esperado

825 algumas linhas de ação responsáveis dentro do governo federal, ministérios,
826 agências federais e o plano não vou detalhar ele, mas ele é bem denso e quem
827 ainda não tiver acesso a ele está no site do Ministério do Ambiente, mas eu
828 posso encaminhar pelo WhatsApp também. Na implementação do plano, pode
829 passar para o próximo slide. Vamos falar um pouquinho do Cerrado e depois eu
830 quero finalizar aqui com a proposta que a gente está desenvolvendo. O Cerrado
831 infelizmente vem numa contramão por motivos diferentes por razões diferentes,
832 estados do Cerrado aqui estão buscando compreender melhor essa dinâmica,
833 mas o estado, o desmatamento do Cerrado vem aumentando a gente pegou aí
834 o mês de julho já com uma alta de 26% no semestre, próximo slide, também a
835 gente vem observando aí uma dinâmica que vem desde 2020 uma ascensão
836 bastante expressiva, quase 22% só nesse ano em relação ao ano anterior,
837 próximo slide, e um dado importante que a gente começou a trabalhar e aí
838 começa o nosso pacto federativo a gente começou a trabalhar com os estados,
839 os dados de autorização de supressão de vegetação e obviamente que esse
840 quadro ele não reflete exatamente o que é autorizado ou não de desmatamento
841 mas é uma correspondência indireta, a gente tem aqui os dados de
842 desmatamento do primeiro semestre de 2023, 491 mil hectares, emissões de
843 autorização, 482 mil hectares. parece muito simples 98% de desmatamento
844 legal, mas como diz minha filha, só que não, e por que não? Porque aqui tem
845 desmatamento autorizado 04 anos atrás, 03 anos atrás 02 anos atrás, 01 ano
846 atrás que está acontecendo nesse semestre e aqui tem desmatamento sem
847 autorização ou desmatamento que aconteceu com autorização desse ano, mas
848 tem autorização dada esse ano que ainda não foi executado, moral da história
849 fica difícil a gente dizer que tem controle do desmatamento, se a gente não sabe
850 dizer o que é legal e o que é ilegal, alguns estados sabem dizer melhor e mais
851 precisamente outros muito incipiente então, a gente precisa, no caso do Cerrado
852 a nossa estratégia e a gente está dialogando com a ABEMA, tem um GT Cerrado
853 na ABEMA e nós criamos um sub-GT com os estados do Matopiba que agregam
854 81% de todo o desmatamento desse semestre no Cerrado, pra gente tentar
855 entender melhor isso, porque o que a gente quer, obviamente é força total no
856 combate ao desmatamento ilegal e tentar entender de que maneira a gente pode
857 incentivar a conservação mesmo naqueles casos em que o desmatamento é
858 legal, não existe nenhuma intenção do governo federal de mudar a legislação e,

859 fazer o desmatamento zero a fórceps, nós queremos trabalhar as ferramentas,
860 os instrumentos e junto com os estados pensar em alternativas que a gente
861 possa fazer pra reduzir o desmatamento, colocar ele no trilho do que a gente
862 está chamando de desmatamento zero até 2030. Próximo. Eu já tenho que
863 concluir. Aqui só mais um dado importante no Bioma Cerrado, no Amazônia eu
864 não mostrei esse slide no Amazônia é 45% o desmatamento dentro do cadastro
865 ambiental rural, no Cerrado é 76%, em alguns estados chega a 85% como é o
866 caso do Piauí o que mostra que de fato existe um forte indício de que a maior
867 parte desse desmatamento, ou ele é autorizado, ou ele é autorizável, muitas
868 vezes é aquele desmatamento que ele não vem com uma autorização mas
869 depois ele vem com um pedido de regularização a posteriori, esse é um grande
870 desafio do nosso pacto federativo é a gente conseguir ter um padrão de
871 transparência e de informação sobre autorização de supressão de vegetação
872 que nos permita, tanto o governo federal quanto os estados, afirmar com um
873 grau aceitável de precisão o que é o desmatamento autorizado e o que não é
874 para a gente poder dar o tratamento correto conforme as diferenças. E nós
875 criamos no âmbito do PPCDAN e vamos criar no âmbito dos outros planos, um
876 núcleo de articulação federativa e aqui talvez a própria comissão tripartite possa
877 operar como esse núcleo, eu não sei se ela funciona por subgrupos por outras
878 instâncias internas da comissão, mas aí a gente pode ter tantos municípios como
879 os estados junto com o governo federal fazendo uma articulação para poder
880 implementar esses planos, aprimorar esses planos, nós temos o plano da
881 Amazônia, estamos na construção do plano para o Cerrado que deve ser
882 aprovado e publicado ainda em outubro, submetido à consulta pública em
883 setembro, então fica aqui uma primeira sugestão. Acho que tem mais um slide.
884 Aí desafios para 2023 e 2024 a implementação do plano da Amazônia, o
885 lançamento do plano do Cerrado até outubro de 2023, essa ideia de um pacto
886 federativo eu coloquei aqui da Amazônia, porque a gente começou uma
887 conversa na Amazônia, nós conversamos com dez prefeitos de municípios
888 bastante críticos de desmatamento na Amazônia, no Pará e todos eles estão
889 bem interessados da gente desenvolveu uma proposta, inclusive de acesso a
890 recursos para implementar regularização fundiária, regularização ambiental,
891 restauração agroflorestal, atividades produtivas sustentáveis e nós inclusive
892 alteramos os critérios do fundo Amazônia para permitir o acesso dos municípios

893 a recursos do fundo Amazônia para a implementação dessas propostas dentro
894 desse pacto que a gente está chamando de pacto federativo e mais do que isso,
895 nós conseguimos um compromisso do presidente da comissão de meio
896 ambiente da Câmara dos Deputados, de aportar um volume expressivo de
897 emenda de comissão para esse pacto, e vamos conversar com a senadora Leila
898 do Vôlei também para ver se o Senado entra nessa proposta de pacto, ou seja,
899 teremos recursos do fundo Amazônia, da Câmara dos Deputados e do Senado,
900 com foco na redução dos desmatamentos, por enquanto o pacto está sendo
901 desenhado para Amazônia, mas a gente quer expandir isso para todos os
902 biomas e aí tem os demais desafios que é aumentar a fiscalização em parceria
903 com os estados, obviamente, acho que esse é um grande desafio e a gente já
904 vem buscando fazer isso e, uma pauta para o Conama muito importante que é
905 de fato a gente trabalhar essa padronização das autorizações de supressão de
906 vegetação nativa, a gente tem uma resolução do Conama de 2006 que fala da
907 transparência da gestão florestal e a gente precisa, em 2006 não tínhamos o
908 ferramental tecnológico que a gente tem hoje de transparência ativa portanto tem
909 muito espaço para a gente trabalhar essa atualização, a resolução Conama para
910 ASVs, mecanismos de conservação para a vegetação nativa principalmente
911 Serrado e Pantanal, e aqui entra o ICMS Ecológico que veio para a pauta hoje,
912 e as avaliações dos planos, a comissão tripartite pode também participar no
913 âmbito daquele núcleo de acompanhamento e avaliação federativa, acho que é
914 isso.

915 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo - MMA)** - Muito
916 obrigado André. Queria chamar atenção para vários pontos, tinha um ponto que
917 mostra que o nosso compromisso do Ministério do Ambiente, do Governo
918 Federal com essa articulação representada aqui na tripartite, de que nós
919 queremos de fato trabalhar junto foi essa ação que nós tivemos logo no início de
920 modificar os critérios do Fundo Amazônia para inclusão nos municípios, isso não
921 foi uma discussão fácil porque havia uma preocupação do fundo na gestão com
922 municípios, uma eventual pulverização, etc., então nós insistimos muito, que era
923 absolutamente fundamental os municípios de fato, é muito em linha do que foi
924 proposto da questão da descentralização de recursos, os municípios tem, são
925 chamados a participar ativamente e há contrapartida para viabilizar isso ou então

926 essa participação acaba sendo inviável, então esse ponto é muito importante, eu
927 queria também chamar atenção, o André foi muito enfático nessa questão da,
928 nós temos três instâncias da governança federativa nós temos que ter segurança
929 sobre o que está sendo autorizado, sendo licenciado, nós temos que ter clareza
930 sobre o que é ilegal, o que não é legal mas nós temos também que ter clareza
931 sobre os problemas que nós estamos enfrentando hoje, mesmo nos casos em
932 que há previsão legal para autorização porque o conceito de legal é interessante
933 no outro dia, conversando com minha filha menor eu falei, ah, mas isso aqui é
934 legal ela falou, não, isso não é legal, destruir o Cerrado não é legal, foi muito
935 engraçado, falei não, é legal do ponto de vista da lei, ela falou, ela não entendeu
936 exatamente o que eu queria dizer, mas não é legal do ponto de vista do que está
937 acontecendo, e por que eu estou dizendo isso, porque um dos passos, uma das
938 etapas da elaboração dos planos de previsão e controle do desmatamento é a
939 realização de um seminário técnico-científico que a gente reúne as melhores os
940 melhores pesquisadores estudiosos, as organizações mais capacitadas do
941 sistema público ou privado para apresentar dados, para discutir em cima da
942 realidade, e nós fizemos isso para o Cerrado, uma reunião que foi feita lá no
943 Ibama eu fiquei muito impressionado lá no Pé e Fogo, fiquei muito impressionado
944 com os dados sobre o Cerrado, sobre o atraso do período de chuva, já registrado
945 cientificamente, como o período de chuva vem se atrasando a cada ano e sobre
946 a redução da vazão dos rios, um estudo absolutamente impressionante que foi
947 publicado em várias revistas científicas e foram apresentados ali, então nós
948 vamos ter que fazer um esforço todos nós aqui de garantir essa questão da
949 observação da legalidade verificar e punir a ilegalidade de forma cooperativa
950 entre todos nós, mas nós também vamos ter que enfrentar esse problema de
951 que precisamos criar instrumentos de incentivo à conservação, precisamos
952 tornar mais atrativo para o proprietário que poderia fazer uso da legislação para
953 substituir uma área que ele tenha atrativos para manter aquela área em benefício
954 dos serviços ambientais, da proteção do clima, da manutenção dos serviços, de
955 todos os ciclos biogeoquímicos que esses ambientes prestam então é uma
956 discussão que nós vamos ter que ter muita maturidade, não se trata aqui de
957 forma alguma como disse o André, de propor alterações abruptas na legislação,
958 mas trata de inaugurar essa discussão, de buscar um caminho como é que a
959 gente pode ir evoluindo gradativamente para que a gente possa de fato atingir o

960 objetivo do desmatamento zero. Lembrando que a proposta do presidente da
961 República não é desmatamento zero com adjetivos, não é ilegal zero, é
962 desmantelamento zero mesmo, então isso passa por fiscalização, controle da
963 ilegalidade e estímulos à manutenção daquilo que seria passível de
964 desmatamento pela lei vigente. Muito bem, então...

965 **O SR. ANDRÉ LIMA** – Posso só complementar uma coisa?

966 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** –
967 Por favor, André.

968 **O SR. ANDRÉ LIMA** – Ficou faltando um slide, mas é super importante a gente
969 sabe que o combate ao incêndio florestal ele passa pelo combate ao
970 desmatamento nós estamos aí no famoso El Nino, com previsões de dificuldades
971 sobretudo mais para o final do ano e começo do próximo ano, e a ministra
972 encomendou, fez um pedido para nós que nós pudéssemos exatamente fazer
973 um esforço inter-federativo, muito grande de preparação para superarmos esse
974 risco nos prepararmos para, se Deus quiser não vamos ter que enfrentar algo
975 como o Havaí está enfrentando, vocês estão acompanhando? Mas é importante
976 a gente estar preparado para uma ação rápida e efetiva, então entraria na nossa
977 lista lá uma ação articulada com os estados e municípios para o enfrentamento
978 do desmatamento agora sobretudo em função da questão do El Nino.

979 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo - MMA)** É só
980 lembrando que desde o início do ano, nós fizemos uma solicitação ao Prevfogo
981 que elaborasse um plano para o Pantanal, esse plano foi feito com a participação
982 de estados e municípios, foi um plano muito interessante, foi lançado inclusive
983 em parceria, talvez o Rodrigo pudesse rapidamente falar sobre essa experiência
984 que a gente quer expandir isso para os demais biomas, especialmente da
985 Amazônia agora nos próximos meses, né Rodrigo.

986 **O SR. RODRIGO AGOSTINHO (MMA/IBAMA)** – Agradecendo a oportunidade,
987 nós sob encomenda do Ministério, nós priorizamos o primeiro plano de
988 prevenção e combate à incêndios florestais, nós priorizamos o Pantanal, esse
989 ano para a nossa alegria o Pantanal voltou a encher, depois de um longo período
990 sem as cheias do Pantanal, então pra nós a gente acredita que a gente está

991 numa situação um pouco mais confortável no Pantanal nesse período agora,
992 mas a gente está com o plano pronto do Pantanal foi elaborado e discutido com
993 a sociedade civil, a gente quer ao final desse período, já fazer uma primeira
994 revisão pra ver como é que o plano se comportou, eu acho que é muito
995 importante isso e estamos trabalhando a possibilidade agora dos planos para os
996 outros biomas, enfim, obviamente guardado as proposições, porque no caso do
997 Pantanal nós estamos falando de uma área relativamente pequena inferior a
998 03% do território nacional. A semana que vem, eu nem falei isso pro secretário,
999 mas a partir da semana que vem, a gente já vai estar com a mesa de situação
1000 com as demais autoridades, todo mundo trabalhando junto em período integral
1001 porque já começa a temporada, mas a gente já está sentindo a mudança pra
1002 temporada mais pesada, de fogos de incêndios, a gente está com alguns
1003 problemas em algumas regiões, algumas regiões o problema já está instalado,
1004 um deles é Maranhão, estamos com fogo no Parque Estadual do Mirador, lá no
1005 Maranhão, e é uma área com a questão fundiária é bastante complicada, é um
1006 dos maiores parques estaduais do país, tem sobreposição com terra indígena,
1007 tem área federal, tem tudo que possa ter ali e a gente está ali com os nossos
1008 brigadistas, esse ano a gente bateu o recorde na contratação de brigadistas
1009 foram 2.101 brigadistas, muitos brigadistas indígenas e quilombolas, nós
1010 estamos hoje com uma área sob supervisão prerrogativa do IBAMA de 300 mil
1011 quilômetros quadrados, hoje sendo monitorados pelos nossos brigadistas. O
1012 ponto que eu deixo aqui, os órgãos estaduais tendo um problema com incêndio
1013 florestal, por favor nos contacte, tanto o IBAMA quanto o ICMBio nós temos os
1014 nossos brigadistas, mas a gente não vai ficar batendo de frente com o Estado,
1015 enfim, a gente precisa que isso aconteça em articulação não adianta eu ter um
1016 incêndio em uma região grande, e vai todo mundo para o mesmo lugar, então
1017 precisa ter articulação. Vocês tendo qualquer tipo de problema, acionem o
1018 PREVFOGO, o PREVFOGO está à disposição. Uma outra coisa nós fizemos um
1019 reforço muito grande na compra de equipamentos, então o nosso orçamento
1020 permite hoje uma brigada de 2.100 homens e mulheres brigadistas, mas a gente
1021 tem equipamento para ajudar outras brigadas, então a gente tem muito
1022 equipamento que a gente adquiriu, a gente pode ajudar brigadas, brigadas
1023 comunitárias, brigadas da sociedade civil, então contactem a gente, para a gente
1024 poder fazer esse reforço. e a partir da semana que vem a gente está com todo

1025 mundo, nós vamos fazer a instalação logo no começo da semana, vai estar a
1026 força nacional, defesa, corpos de bombeiros todo mundo trabalhando na mesma
1027 mesa, na mesma sala monitorando os incêndios e botando as equipes para
1028 trabalhar, agora a gente vai precisar muito da parceria, principalmente com os
1029 estados e municípios, para que os municípios possam ser capacitados a montar
1030 suas próprias brigadas, muitos municípios que cuidam dos seus corpos de
1031 bombeiros, nem todo corpo de bombeiro é estadual, a gente vê aquela figura
1032 estadual, mas na maior parte do Brasil os bombeiros são municipais, são até
1033 voluntários e a gente está à disposição para fazer a capacitação dessas brigadas
1034 também pelo IBAMA e com os estados essa parceria importantíssima, inclusive
1035 agora para elaborar os planos dos demais biomas.

1036 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA) –**
1037 Muito obrigado. Alguém gostaria de fazer algum comentário? Bom, não havendo,
1038 nós vamos pedir para fazer uma pequena interrupção para um coffee break, e
1039 voltamos na sequência aqui 10 minutos, por favor e já voltamos. Obrigado.
1040 Podemos retomar, por favor? Vamos retomando. Houve uma debandada após o
1041 coffee break, o pessoal achou que tinha pouca coisa e resolveram fazer um
1042 adicional ali fora. Marcela, a próxima vez você capricha mais. Estava muito bom.
1043 Muito bem, vamos então, seguindo a pauta. Começando já são 11 horas, vamos
1044 ter que acelerar um pouco. Vamos começar com a conferência de meio
1045 ambiente, Marcela Moraes vai apresentar. Na sequência, nós vamos fazer uma
1046 inversão de pauta Lara Vasco vai apresentar a questão de gestão integrada de
1047 unidades de conservação. E na sequência a gestão de resíduos sólidos, Eduardo
1048 Santos. Muito bem, então Marcela por favor, com a palavra.

1049 **A SR^a. MARCELA MORAES (Diretora do DISISNAMA) –** Alô. Está
1050 funcionando. Bom, então a gente está trabalhando agora no planejamento da
1051 quinta conferência nacional do meio ambiente, a ideia é retomar as conferências
1052 que não acontecem desde 2013. Retomando um pouquinho da história, a gente
1053 já teve quatro conferências nacionais, a primeira em 2003, e o tema foi
1054 Fortalecendo o Sistema Nacional do Meio Ambiente. A segunda conferência
1055 aconteceu em 2005, o tema era Política Ambiental Integrada e o Uso Sustentável
1056 dos Recursos Naturais. A terceira conferência foi em 2008, e teve como tema

1057 mudanças climáticas. E a quarta em 2013, com o tema de resíduos sólidos. As
1058 conferências sempre são realizadas em diversas etapas, a gente tem as etapas
1059 municipais, as estaduais e a nacional, e é um pouco isso que a gente queria
1060 trazer para conversar com vocês, para a gente começar a planejar como que a
1061 gente vai organizar o nosso calendário e organizar essas etapas.

1062 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA) –**
1063 Sem querer fazer merchandising, vocês podem ver que em 20 anos nós tivemos
1064 quatro conferências nacionais do meio ambiente, e três delas na gestão... Não.
1065 Ministra Marina Silva, sendo que a de 2008, na verdade nós preparamos tudo,
1066 mas ela ocorreu já com o ministro Minc.

1067 **A SR^a. MARCELA MORAES (Diretora do DISISNAMA) –** Sim.

1068 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA) –**
1069 Que já foi no final do ano, mas a preparação toda nós fizemos Compromisso com
1070 a...

1071 **A SR^a. MARCELA MORAES (Diretora do DISISNAMA) –** Era a Isabel.

1072 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA) –**
1073 Não, 2008 era...

1074 **A SR^a. MARCELA MORAES (Diretora do DISISNAMA) –** Ah, não isso foi em
1075 2013

1076 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA) –**
1077 Compromisso com a participação real demonstrada.

1078 **A SR^a. MARCELA MORAES (Diretora do DISISNAMA) –** Sim. Bom, com
1079 relação às conferências, o que a gente tem? As duas primeiras tinham um foco
1080 bem forte numa questão mais ampla, de fortalecimento do sistema e da gestão
1081 integrada, a terceira foi temática, ela trouxe a questão das mudanças climáticas,
1082 e a quarta, um tema mais específico, que foi resíduos sólidos com foco na política
1083 nacional de resíduos sólidos. Para a quinta conferência, que estamos
1084 começando a planejar, a gente está num momento bem inicial e é por isso que
1085 a gente trouxe aqui para a tripartite justamente para ouvir a contribuição de vocês

1086 e pensar em como vamos articular esse trabalho juntos. Dentro do MMA a gente
1087 já teve, está retomando um comitê de apoio permanente às conferências, onde
1088 vai ter uma coordenação executiva que vai iniciar esse trabalho de planejamento
1089 e de articulação, mas a gente vai criar uma instância que também já aconteceu
1090 em outras conferências, que é a Comissão Organizadora Nacional, que é
1091 composta por membros do governo federal, dos governos estaduais e municipais
1092 pela sociedade civil e representantes do setor empresarial, que é a mesma
1093 composição que a gente também tem no CONAMA. Então, o passo inicial vai ser
1094 a elaboração de um regimento interno que estabeleça essa comissão
1095 organizadora e a gente estabeleça essa composição, mas isso está em diálogo
1096 com vocês para a gente pensar como vai se dar. Pode ir para o próximo,
1097 Henrique. Com relação ao tema, a gente tem uma proposta inicial também, que
1098 é emergência climática, governança federativa e enfrentamento de
1099 vulnerabilidades, a gente já teve uma com relação à mudança do clima, que era
1100 quando estava sendo construída ainda a Política Nacional de Mudança do Clima,
1101 e agora a proposta é com foco na questão da emergência, na questão federativa
1102 de como a gente vai articular governo federal, estados e municípios, e nas
1103 populações vulneráveis. Chamando atenção para um tema que tem surgido com
1104 muita força, que é a questão da justiça climática, do racismo ambiental e dos
1105 territórios e das populações mais atingidas, dentro dessa perspectiva a gente
1106 tem como objetivo geral subsidiar a implementação da Política Nacional de
1107 Mudança do Clima e como objetivos específicos contribuir para a revisão dos
1108 planos de mudança do clima nacional, estaduais e municipais, contribuir para a
1109 criação de diretrizes para a criação de planos municipais de adaptação que foi
1110 enfatizado também pela fala do Capobianco inicial, contribuir para a participação
1111 de populações e territórios em situação de vulnerabilidade climática e priorização
1112 de políticas públicas. Bom, para a gente avançar nesse processo a gente
1113 trabalha na construção de um texto base do Regimento Interno e de um
1114 regulamento da 5ª Conferência Nacional. A metodologia envolve a inscrição das
1115 conferências das diversas esferas, a eleição de delegados, a decisão sobre
1116 forma de discussão das propostas de deliberação, os resultados esperados e a
1117 forma de monitoramento das ações com relação aos resultados. E aqui está um
1118 calendário inicial que a gente pensou para esse planejamento, que seria, a gente
1119 está trabalhando na elaboração desse plano de ações inicial, a seleção de

1120 entidade parceira que nos auxilie na implementação dos trabalhos a elaboração
1121 de metodologia e documentos preparatórios, o lançamento do calendário das
1122 conferências que a gente está prevendo para outubro, a publicação do
1123 Regimento Interno das Conferências, e Criação da Comissão Organizadora
1124 Nacional em outubro, também. E aí a gente inicia a articulação e mobilização
1125 para a realização das conferências municipais, estaduais e da nacional. A
1126 princípio a gente está propondo a realização das municipais em fevereiro e
1127 março, das estaduais em abril e maio, e a nacional seria em junho, a gente
1128 pensou no mesmo meio ambiente a gente realizar a conferência nacional, então
1129 é isso que eu queria propor para vocês é puxado, mas a gente tem uma questão
1130 de timing do governo também que a gente teria que realizar no segundo ano,
1131 para dar tempo da gente também implementar as deliberações que surgem das
1132 conferências, então vai ser um esforço coletivo muito forte e vai ser fundamental
1133 a colaboração dos entes federativos para isso, então é isso que a gente gostaria
1134 de colocar em discussão.

1135 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA) –**
1136 Eu queria chamar a atenção, que nós discutimos a questão do prazo o problema,
1137 são dois problemas, nós temos eleição municipal, então nós temos que realizar
1138 isso tudo antes até junho, em segundo nós temos, que a Marcela falou, temos
1139 quatro anos de governo, então nós temos que ter essas conferências realizadas
1140 para poder fazer isso de forma ainda gerar resultados e implementações ainda
1141 no curso desse mandato do presidente Lula, líderes e governadores nos estados,
1142 então isso é uma coisa importante. Queria aproveitar para anunciar a presença
1143 que chegou agora do Mauro Pires, presidente do Instituto Chico Mendes de
1144 Conservação da Biodiversidade, bem vindo, Mauro. E nós essa questão da
1145 comissão nacional como é que está pensado isso aí, Marcela, em termos de a
1146 gente constituir isso em termos de timing, está se pensando em outubro isso?

1147 **A SR^a. MARCELA MORAES (Diretora do DISISNAMA) –** Na verdade seria a
1148 nomeação dos representantes, mas acho que o processo de diálogo para a
1149 construção desse plano, para que ele seja pactuado, a gente teria que iniciar um
1150 grupo de trabalho agora, então eu trouxe porque como é uma construção
1151 conjunta se vocês tiverem de acordo com essa proposta inicial, a gente poderia

1152 avançar pensando numa comissão que tivesse indicação dos três entes, para a
1153 gente trabalhar no regimento interno.

1154 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA) – A**
1155 **ideia é que a ANAMMA e a ABEMA indicassem, nós temos ideia de quantos**
1156 **representantes está se pensando?**

1157 **A SR^a. MARCELA MORAES (Diretora do DISISNAMA) –** Eu acho que
1158 inicialmente, a gente poderia começar com dois por ente federativo, e aí a gente
1159 pode envolver novos membros na medida que as coisas avancem.

1160 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA) –**
1161 **Considerando que...**

1162 **O SR. MARÇAL CAVALCANTE (ANAMMA) –** A ANAMMA já indica, Marcelo
1163 Marcondes e Welison.

1164 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA) –**
1165 **Considerando que envolverá todos os estados e todos os municípios que é um**
1166 **processo de mobilização, a gente tem que garantir que embora nós vamos ter**
1167 **os dois representantes da ANAMMA e vamos ter o da ABEMA também, mas que**
1168 **seja articulado que realmente mobilize o conjunto da força de articulação tanto**
1169 **da ABEMA como da ANAMMA.**

1170 **A SR^a. MARCELA MORAES (Diretora do DISISNAMA) –** Perfeito.

1171 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA) –**
1172 **Mas março é tarde não é, Mari, março nós já fizemos as conferências municipais,**
1173 **já não vai dar mais.**

1174 **SR^a MARJORIE KAUFFMANN (ABEMA) –** É, fevereiro e março, está previsto.

1175 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo - MMA) -** Então,
1176 **mas é março e a reunião já fizemos então... Mas se nós vamos ter a reunião...**
1177 **Nós estamos justamente aqui ministra, chegou numa hora perfeita acabamos de,**
1178 **a Marcela acabou de apresentar a proposta de agenda e cronograma da**
1179 **conferência nacional do meio ambiente, apresentou o tema a ANAMMA já**

1180 indicou seus dois representantes agora a ABEMA pediu a palavra, mas se a
1181 senhora quiser fazer uma palavra inicial sobre a conferência seria... não, é a
1182 conferência, estamos a conferência, acabamos de iniciar. Já. Tem que apertar
1183 ali, por favor.

1184 **A SR^a. MARINA SILVA (Ministra de Estado do Meio Ambiente)** – Então, peço
1185 desculpas, tinha hoje uma série de coisas até para ter passado um pouco mais
1186 cedo estava, mas estava aqui uma comitiva de parlamentares americanos, a
1187 deputada Alexandria é que faz um trabalho incrível lá nos Estados Unidos, todo
1188 mundo conhece ela né, Alexandria Cortez, mais dois parlamentares que também
1189 trabalham na área de direitos humanos, e uma parlamentar que me foge o nome
1190 aqui agora, que é uma mulher também muito incrível, que trabalha todas essas
1191 agendas aí voltada para o combate às mudanças climáticas, à justiça climática,
1192 racismo ambiental, e em seguida, tinha o seminário do Ministério de
1193 Comunicação sobre a introdução dos princípios de ESG na gestão pública, então
1194 por isso que me atrasei, mas eu queria só dizer que é uma alegria poder retornar
1195 aqui, Capo, companheiros e companheiras, o Marçal e a Mauren, a ABEMMA,
1196 dizer que cada um de vocês que estão aqui que representam estados,
1197 municípios e os parceiros de trabalho do Ministério do Meio Ambiente,
1198 cumprimentando aqui a todos, já na pessoa já do Capobianco e da Marcela, dizer
1199 que é uma satisfação a gente está retomando a tripartite, ela faz parte do
1200 Sistema Nacional de Meio Ambiente, é estabelecida uma lei que efetiva a ideia
1201 de uma gestão compartilhada e de como esse sistema se fortalece a partir desse
1202 compartilhamento de atribuições e competências, sem que isso signifique a
1203 usurpação de competências uns dos outros, mas que a gente tenha uma ação
1204 que sequer seja complementar eu não gosto muito, eu repito isso sempre, do
1205 conceito de, complementariedade eu gosto muito da ideia de
1206 complementariedade, porque quando a gente se suplementa, a gente é um inteiro
1207 que dá suporte a outro inteiro. Quando a gente se complementa é como se
1208 faltasse um pedaço e aí eu vou servir de prótese pra alguém, mas a gente é um
1209 inteiro a ABEMA, a ANAMMA, aquilo que faz o governo federal tem suas
1210 atribuições e a gente se suplementa pra que o sistema possa ser melhor
1211 estabelecido. Uma das diretrizes do nosso ministério, é de controle e
1212 participação social, mas é de fortalecimento do sistema nacional e de meio

1213 ambiente também, além das clássicas de transversalidade e de desenvolvimento
1214 sustentável, eu sempre conto essa história em 2003 quando eu cheguei no
1215 ministério e quando eu fui conversar com o Lula pela primeira vez, eu tinha três
1216 diretrizes a diretriz do controle e participação social, desenvolvimento
1217 sustentável e, a diretriz de fortalecimento do sistema nacional do meio ambiente,
1218 foi uma contribuição do Langone, que foi o primeiro secretário executivo do
1219 ministério do meio ambiente, quando na reunião de planejamento, eu falei das
1220 três diretrizes ele falou, está faltando uma coisa aqui, está faltando fortalecer o
1221 sistema nacional de meio ambiente, e naquele momento surgiu a quarta diretriz,
1222 que ela é fundamental nós estamos com desafios muito grandes o plano de
1223 prevenção e controle do desmatamento, que agora não é só da Amazônia, é
1224 para todos os biomas e vamos precisar dos três entes da federação, a gente não
1225 vai conseguir isso nem só o setor ambiental nacional nem dos estados e
1226 municípios, a gente precisa dos outros setores de governo a gente vai precisar,
1227 inclusive, de que esse conceito da transversalidade, ele se espalhe por estados
1228 e municípios e que os nossos governadores e prefeitos comecem a falar dessa
1229 agenda, assumir essa agenda, eu fico muito feliz quando o presidente Lula fala
1230 da agenda, propaga a agenda e diz no Japão que nós vamos exportar
1231 sustentabilidade, que a gente quer desmatamento zero, que a gente quer fazer
1232 o novo PAC com sustentabilidade, então esse é o conceito que a gente tem que
1233 trabalhar porque é assim que a gente sabe que vai fazer a diferença, não adianta
1234 o secretário sozinho de meio ambiente se matar fazendo as coisas, e aí a
1235 agricultura não faz a sua parte, o transporte não faz a sua parte e, principalmente
1236 a fazenda não faz a sua parte, que é dar o dinheiro pra vocês poderem trabalhar
1237 melhor, então essa é uma diretriz que eu quero que se espalhe mais. A outra
1238 agenda, além do desmatamento, é a agenda da conferência que vocês já vão
1239 falar, e é fundamental a gente poder fazer com a parceria dos três entes
1240 federados, e nós também poderemos trabalhar conjuntamente os grandes
1241 desafios que temos pela frente em relação a como fazer com que a agenda
1242 ambiental continue tendo força, eu fico muito feliz de ter visto agora no PAC, por
1243 exemplo, que as obras do PAC, as mais polêmicas foram para estudos e isso é
1244 um aprendizado, um compromisso que devemos celebrar, em relação a como a
1245 gente fazer política pública com base em evidência, o que a ciência traz ela traz,
1246 e dizer que estou completamente empenhada junto com o secretário

1247 Capobianco, junto com os nossos secretários na agenda de resíduos sólidos,
1248 nas várias agendas que temos o desafio da gestão urbana da gente poder
1249 trabalhar junto e ampliar esses recursos, nós estamos ampliando junto com o
1250 BNDES os recursos do Fundo Clima, temos que trabalhar muito conjuntamente
1251 para que esses recursos possam alavancar as nossas agendas da área
1252 ambiental e outras possibilidades que vamos aí prospectando, eu vim só mesmo
1253 dar um abraço desejar e boa sorte aqui no seminário, Rodrigo, estou vendo ali
1254 o Maurinho, estou vendo aqui o Marcelo, Marcelino, Ana o Tasso, que é da
1255 participação social um monte de gente aqui, Mantovani, nosso pessoal todo aí,
1256 não sei se o Marcio Sorrentino está aqui, Neuzinha não estou vendo, está a Isis
1257 aí, a Neuzinha. Então, a nossa agenda de conferência tanto Infantojuvenil,
1258 quanto a conferência adulto, e outras tantas que vamos ter pela frente, muito
1259 obrigado e um bom dia de trabalho para todo mundo.

1260 **A SR^a. MARINA SILVA (Ministra de Estado do Meio Ambiente)** – Eu comentei
1261 com eles, ministra, que nós fizemos o ajuste nas diretrizes dos critérios do Fundo
1262 Amazônia para poder incluir os municípios também na ação, e agora só lembrou
1263 bem, não tinha comentado do Fundo Clima, que em breve vamos ter se tudo
1264 correr bem, vamos ter boas notícias de um aumento significativo de recursos do
1265 Fundo Clima para as ações de adaptação, transição energética, transição
1266 ecológica em geral, vai ser uma contribuição muito importante, se tudo der certo.

1267 **A SR^a. MARINA SILVA (Ministra de Estado do Meio Ambiente)** - Eu vou pedir
1268 licença para me ausentar, porque agora tem outro seminário.

1269 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** –
1270 Obrigado ministra, obrigado. Está sendo proposto aqui uma foto da comissão
1271 com você ministra, vamos fazer então, a comissão aqui com a ministra vamos
1272 fazer uma foto ministra. Vamos tirar as cadeiras para lá. Muito bem!

1273 **A SR^a. MARCELA MORAES (Diretora do DISISNAMA)** – Gente...

1274 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo - MMA)** – A
1275 ministra está com a palavra.

1276 **A SR^a. MARCELA MORAES (Diretora do DISISNAMA)** – Aproveitando a fala
1277 da Marina, eu queria falar que a gente fez essa apresentação inicial sobre a
1278 conferência adulto, mas, paralelamente, a gente está estruturando também a
1279 conferência Infantojuvenil, que é muito importante também em relação com
1280 estados e municípios. Ela acontece em quantas mil escolas, 107?

1281 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** –
1282 Calma, explica com mais calma. Ela está tudo na cabeça, ela está falando e a
1283 gente não acompanha, explica com mais calma.

1284 **A SR^a NEUSA HELENA** – Gente, a Conferência Infantojuvenil também foi uma
1285 proposta da ministra Marina Silva em 2003, porque ela achava interessante essa
1286 faixa etária participar, inclusive foi sugestão da Moara, das meninas dela. Então,
1287 foi feita a primeira conferência em 2003, paralela à adulto, depois disso, a
1288 Conferência Infantojuvenil tomou um outro rumo, e foi aportada no Ministério da
1289 Educação e nós viramos parceiros fundamentais, somos promotores, Ministério
1290 da Educação com Ministério do Meio Ambiente. Já foram cinco versões dessa
1291 conferência e atinge essas escolas do ensino fundamental, que são 62 mil
1292 escolas no país. Ao todo, já chegamos a 20 milhões de pessoas, incluindo
1293 alunos, professores, jovens. Então, não é um evento, é um processo de
1294 formação grande e a temática será muito parecida, muito próxima à temática da
1295 conferência adulto, que é essa questão das mudanças do clima, dessa
1296 emergência, dessa urgência, que é esse trabalho com essa faixa etária. Então,
1297 com certeza, vamos entrar em contato com vocês, porque é uma ação do órgão
1298 gestor da Política Nacional de Educação, então secretária, vamos precisar muito
1299 do apoio da ABEMA, da ANAMMA, para que cheguemos a todas as escolas
1300 dessa faixa etária. O calendário também está muito parecido. Até colocamos um
1301 PowerPoint, mas acho que não é necessário nesse momento, mas deixando
1302 vocês sob alerta da importância desse tema na educação e no meio ambiente.
1303 Não é mais possível fazermos o enfrentamento das mudanças climáticas sem
1304 trabalhar com essa faixa etária, com educadores desse país, com toda a
1305 comunidade escolar e com a formação de jovens e novos agentes ambientalistas
1306 para o enfrentamento da crise ambiental global. Então, muito obrigada pela
1307 oportunidade. E nós estamos em articulação com o ministro da Educação,

1308 Camilo Santana, Marina Silva e Camilo Santana estão se articulando, porque
1309 essas conferências já foram lançadas. Então, o presidente Lula, junto com
1310 Marina Silva, no Dia do Meio Ambiente, já lançaram as conferências. Cabe a
1311 nós, agora, fazê-las acontecer, e contamos com vocês, está bom? Muito
1312 obrigada.

1313 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA) –**
1314 Obrigado. Eu estou preocupado com o tempo. Nessa primeira reunião, nós
1315 ficamos muito emocionados em nos encontrar, mas acabamos perdendo um
1316 pouco aqui a noção do tempo. Então, se não houver nenhum comentário em
1317 relação à conferência, nós vamos passar para o próximo tópico, lembrando que
1318 a equipe de coordenação da conferência vai organizar, junto com a ABEMA e a
1319 ANAMMA, esse processo da construção do grupo, como chama a comissão?
1320 Grupo de Trabalho. Para organizar esse processo e seguir daqui para frente
1321 dessa maneira. Então, na sequência, eu já queria pedir para a Iara Vasco,
1322 diretora do ICMBio, apresentar o tema da gestão integrada de unidades de
1323 conservação. Iara, por favor, com a palavra.

1324 **A SR^a IARA VASCO PEREIRA (DIRETORA ICMBIO) PEREIRA (DIRETORA**
1325 **ICMBIO) –** Gente, bom dia a todas e todos. Aproveitando aqui essa
1326 oportunidade, cumprimentando Marcela e o secretário Capobianco. Por eles,
1327 cumprimento a todos. Essa é uma oportunidade, para nós, muito importante.
1328 Para mim, particularmente, uma emoção, porque há 20 anos, tive a oportunidade
1329 de trabalhar com a comissão Tripartite e as comissões na construção do Plano
1330 Estratégico Nacional de Áreas Protegidas. Então, estar aqui de volta é uma
1331 alegria, é uma emoção, e essa perspectiva de voltarmos com esse diálogo
1332 próximo na construção daquilo que a gente espera que seja uma agenda comum,
1333 baseada na gestão integrada dos mosaicos de unidades de conservação e
1334 outras áreas protegidas, que resgatam o espírito do PNAP e a estratégia de
1335 implementação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, como um
1336 sistema nacional. E já aproveitando o novo conceito da ministra, além das
1337 diretrizes, trabalhar nessa perspectiva de complementariedade, de fortalecer
1338 aquilo que já é inteiro, mas a gente conseguir ganhar em escala nessa
1339 perspectiva. Então, pode passar rapidamente. Só lembrar a vocês que a gente

1340 está tratando de uma das diretrizes do Sistema Nacional de Unidades de
1341 Conservação que traz com que as ações implementadas no âmbito do SNUC
1342 busquem proteger as grandes áreas por meio de um conjunto integrado de
1343 unidades de conservação de diferentes categorias, próximas ou contíguas, e
1344 suas respectivas zonas de amortecimento, corredores ecológicos, integrando as
1345 diferentes atividades de preservação da natureza, uso sustentável dos recursos,
1346 restauração e recuperação dos ecossistemas. Então, quando a secretária
1347 Mauren falou que criou no âmbito da ABEMA uma Câmara Técnica Permanente
1348 para a Biodiversidade, isso muito nos alegra nessa perspectiva. E aí a gente tem
1349 para reforçar como implementar, como trabalhar essa diretriz, se o próprio artigo
1350 26 da lei do SNUC traz que quando existir esse conjunto de unidades de
1351 conservação de diferentes categorias próximas, justapostas ou sobrepostas,
1352 incluindo áreas públicas e privadas, constituindo um mosaico, a gestão desse
1353 conjunto deverá ser feita de forma integrada. Então é um esforço para a gente,
1354 na verdade, trabalhar de forma integrada e participativa, considerando tanto os
1355 distintos objetivos das unidades de conservação, de forma a compatibilizar a
1356 presença da biodiversidade e também a valorização da sociobiodiversidade e o
1357 desenvolvimento sustentável nesse contexto regional. O que a gente gostaria,
1358 na verdade, de estar trabalhando com vocês cada vez mais é essa integração
1359 para que a gente possa ampliar em escala, trabalhar num nível de paisagem
1360 mais ampla e de colaboração para o desenvolvimento territorial sustentável de
1361 forma colaborativa. E aí só exemplificar que a gente está trabalhando nessa
1362 perspectiva dos mosaicos com a intensificação das trocas, e aí em múltiplos
1363 sentidos. Hoje a gente tem aproximadamente quase três dezenas de mosaicos
1364 oficialmente reconhecidos. Um terço deles foi reconhecido inclusive pelos
1365 próprios estados. Nós temos nove mosaicos que foram reconhecidos pelos
1366 estados que têm esse dispositivo previsto nos seus sistemas estaduais, e isso é
1367 muito importante que a gente trabalhe nessa perspectiva tanto da autonomia dos
1368 estados, mas também dessa cooperação no âmbito da união, estados e
1369 municípios, com as áreas privadas, com outras áreas protegidas, para que a
1370 gente ganhe essa escala e intensifique essas trocas e sinergias nos resultados
1371 que a gente pretende alcançar. Pode passar. E aí, só lembrando aqui, a gente
1372 tem vários instrumentos, vários dispositivos, como a própria reserva da biosfera,
1373 que é um modelo de gestão integrada de âmbito internacional que também foi

1374 absorvido no âmbito do SNUC. E a gente tem aquela configuração, quando a
1375 gente junta, e não tem nem os sítios Hamser ou os sítios do patrimônio, mas
1376 quando a gente junta hoje todos os instrumentos e mecanismos que nós temos
1377 no âmbito da política de áreas protegidas, a gente vê, mesmo que nessa escala,
1378 quando a gente olha tudo juntinho, a gente precisa ter uma estratégia
1379 compartilhada entre união, estados e municípios, para promover essas trocas e
1380 trabalharmos nessa perspectiva de avançar tanto na criação de unidades de
1381 conservação como na implementação desse conjunto de áreas que já existem,
1382 para que a gente também contribua nessa perspectiva com o desenvolvimento
1383 socioambiental do país. Então, essa é uma agenda que, dependendo da nossa
1384 articulação, da nossa união e dessa integração, dessa força de trabalho nesse
1385 sentido, para que a gente possa alavancar essas cadeias econômicas a partir
1386 dessas áreas protegidas, e aí sim dar uma contribuição para os municípios, para
1387 os estados e também em âmbito nacional. E aí, como é que a gente
1388 operacionaliza esses mosaicos de unidades de conservação que foram
1389 reconhecidos e já estão definidos no decreto 4.340, que regulamenta os
1390 dispositivos do SNUC? Então, a gente trabalha... Em âmbito federal, eles são
1391 reconhecidos pelo Ministério do Meio Ambiente. O mosaico dispõe de um locus
1392 de governança, porque ele prevê a criação do Conselho do Mosaico. Nessa
1393 composição do Conselho, a gente trabalha com a diversidade, tanto dos entes
1394 federados como também da sociedade civil, da academia, das comunidades
1395 locais. E a gente vai trabalhar... Pode passar. Nessa perspectiva, é no âmbito do
1396 Conselho do Mosaico que vai trabalhar na proposição de diretrizes e ações para
1397 compatibilizar, integrar e otimizar atividades desenvolvidas em cada unidade de
1398 conservação, tendo em vista especialmente os usos de fronteiras entre as
1399 unidades, o acesso às unidades, fiscalização, monitoramento e avaliação dos
1400 planos de manejo, a pesquisa científica, a locação de recursos advindos da
1401 compensação ambiental. Então, a gente teve o exemplo quando o próprio
1402 Rodrigo Agostinho falou da questão do fogo, da fiscalização. A gente tem
1403 inúmeras ações no âmbito desse conjunto de áreas em que essas trocas podem
1404 favorecer muito esse processo, tanto de proteção da biodiversidade como do uso
1405 sustentável e essa contribuição em diferentes níveis do território, tanto no nível
1406 local como no município, no estado, na região, no bioma. Então, com o apoio da
1407 Secretaria de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais, o Departamento de

1408 Áreas Protegidas, a gente está junto na construção dessa proposta e a gente
1409 espera, na verdade, animar a ABEMA, a ANAMMA, os secretários estaduais e
1410 municipais, para que a gente possa constituir um grupo, olhar para o que nós
1411 temos hoje de desafio, porque poucos desses mosaicos que foram oficialmente
1412 reconhecidos estão ativos, estão conseguindo trabalhar de forma integrada,
1413 porque essa política hibernou nos últimos anos. Então, a gente espera realmente
1414 que a gente possa reacender essa chama e voltar a trabalhar juntos. Então, essa
1415 é a proposição que a gente traz aqui para podermos trabalhar juntos essa
1416 agenda de biodiversidade e áreas protegidas no âmbito do território. Obrigada.

1417 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA) –**
1418 Obrigada, Iara. Alguém gostaria de fazer algum comentário, alguma
1419 apresentação?

1420 **A SR^a IARA VASCO PEREIRA (DIRETORA ICMBIO) PEREIRA (DIRETORA**
1421 **ICMBIO) –** Falei da proposição de criar um grupo para a gente trabalhar sobre
1422 isso, não é? Falei.

1423 **A SR^a. MARCELA MORAES (Diretora do DISISNAMA) –** A gente pode reiterar
1424 que... É uma agenda comum. Sim. Eu acho que a gente, da mesma forma que
1425 está encaminhando com a ABEMA e a ANAMMA, a criação do GT, sobre as
1426 conferências, a gente poderia seguir na ideia da gestão compartilhada, dos
1427 mosaicos.

1428 **A SR^a MARJORIE KAUFFMANN (ABEMA) –** Nesse sentido, eu queria pedir um
1429 favor. Se pudessem encaminhar para a gente essas apresentações, nós teremos
1430 uma reunião ordinária da ABEMA na semana que vem. Já compartilho com todos
1431 os estados essas informações. Nós já deliberamos e fazemos as indicações na
1432 sequência. Mas era importante, até para que os estados tenham essa
1433 percepção, que é difícil passar isso só na fala, compartilhar para a gente.
1434 Obrigada.

1435 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA) –**
1436 Perfeito. Bom, na sequência, então, vamos agora para o último item da pauta,
1437 que seria a apresentação pelo Eduardo Santos, diretor da Secretaria de
1438 Qualidade Ambiental, de Ambiente Urbano e Qualidade Ambiental, sobre a

1439 gestão de Resíduos Sólidos e Logística Reversa. Por favor, Eduardo, com a
1440 palavra.

1441 **O SR. EDUARDO SANTOS (Diretor da Secretaria de Ambiente Urbano e**
1442 **Qualidade Ambiental)** – Bom dia, então, pessoal, mais uma vez.
1443 Primeiramente, queria agradecer esse espaço para a gente poder debater essa
1444 política nacional de resíduos sólidos. Então, vou parabenizar vocês por nos
1445 oferecerem essa oportunidade. A pauta é uma pauta para a gente iniciar, para a
1446 gente abrir as frentes interfederativas. Então, a política de resíduos é
1447 eminentemente interfederativa. A prestação do serviço é local, a fiscalização
1448 majoritariamente é estadual e as metas são nacionais. Então, é uma política que
1449 tem que estar aqui nessa comissão. Então, a gente vai falar sobre esses pontos
1450 hoje. Pode passar, por favor. O primeiro deles, a gente trata a logística reversa,
1451 que são responsabilidades, mas por outro lado também são oportunidades,
1452 porque é um mercado que tem movimentado recursos por meio de créditos, que
1453 foram regulamentados pelo Ministério do Meio Ambiente. Então, a gente queria
1454 depois trazer para esse ambiente aqui como os estados e municípios podem
1455 também ser beneficiados com esses créditos da logística reversa. Hoje tem
1456 pago, em média R\$130 por tonelada, para cada material reciclado. Isso ainda
1457 está principalmente no setor produtivo, no setor privado, que uma empresa paga
1458 para outra empresa fazer a logística reversa, mas a legislação permite, inclusive,
1459 que os estados e até os municípios também possam montar propostas e arranjos
1460 para poder ter um benefício com o crédito da logística reversa via massa futura.
1461 Eu acho que, para a comissão, o primeiro ponto seria a gente harmonizar a
1462 legislação. A legislação tem uma diretriz nacional, a gente trabalha regulamentos
1463 nacionais, decretos, porque o mercado de resíduos é global, então a gente trata
1464 com empresas que são globais, então tudo começa, muitas vezes, na importação
1465 do material, e esse regulamento tem essa característica de ser nacional, mas
1466 tem que ser desdobrado para os estados para poder fazer procedimentos mais
1467 particulares para aquele estado, para fiscalização, para aquele tipo de
1468 acompanhamento no ambiente regional e, em última instância, no ambiente
1469 municipal. Entretanto, isso precisa estar alinhado, governo federal com governos
1470 estaduais e municipais. Então, a gente propõe que seja feito isso, aqui, com o
1471 apoio de vocês. Além disso, a fiscalização, ou seja, principalmente desses

1472 pontos de entrega voluntária, a gente fala muito do cidadão, o cidadão, quando
1473 precisa fazer a sua parte de logística reversa, ele encontra uma lacuna, muitas
1474 vezes, de fiscalização, porque ele não tem acesso, às vezes, a um ponto que foi
1475 informado ao Ministério do Ambiente que existia. Então, a gente tem que ter essa
1476 ponte entre a nossa informação com a informação de vocês e a atuação de
1477 fiscalização, que não é do Ministério do Ambiente, e sim do poder público local
1478 e, muitas vezes, estadual. Então, pode passar. A pauta de erradicação de lixões
1479 é o que está aí para a gente, já em evidência, em 2024, 02 de agosto de 2024
1480 vence esse último prazo para encerrar os lixões, foi uma prorrogação do prazo
1481 de 2014. A gente tem um cenário hoje, esses são os últimos dados publicados,
1482 consolidados, foram publicados em 2022, de cerca de 2.300 lixões e aterros
1483 controlados, que também é uma disposição não aceita, do ponto de vista
1484 ambiental. A gente precisa definir como é que a gente vai fazer essa atuação
1485 colaborativa para aquele que é o município que é o prestador de serviço. A gente
1486 percebe as desigualdades regionais, que ainda prevalecem, mas a problemática
1487 dos lixões está no território nacional inteiro. Até o ano passado, só Santa
1488 Catarina tinha resolvido completamente. Em 2023, a gente já sabe que alguns
1489 estados já fizeram iniciativas de um esforço de erradicar os lixões. Então, a gente
1490 percebe que existe uma desigualdade regional que pode ser tratada aqui
1491 também, como é que a gente cria mecanismos para incentivar, para auxiliar,
1492 atacar algumas regiões onde estão mais concentrados os lixões. A gente
1493 destaca alguns estados, se a gente atuar em seis ou cinco estados, a gente
1494 consegue resolver metade dos lixões e aterros controlados do Brasil. Então, a
1495 gente precisa da escala. Após encerrar o lixão, é necessária também uma
1496 estratégia, que vai junto às normas regulatórias da Agência Nacional de Águas,
1497 que é o mecanismo de remuneração desse serviço. A gente já teve, no passado,
1498 aqui no Ministério do Ambiente, construindo aterro junto com o município. Esse
1499 aterro, ao longo do tempo, se transforma em lixão. Então, é um modelo de gestão
1500 de remuneração do serviço. É isso que a gente tem que trabalhar junto para
1501 garantir que, ao longo dos anos, isso vai ser sustentável e que vai ter tarifas que
1502 possam ser pagas e manter o investimento que foi feito. Então, tem um
1503 investimento previsto para erradicar todos os lixões na ordem de R\$ 5 bilhões, e
1504 o OPEX disso seria R\$ 30, R\$ 40 bilhões ao longo de 20 anos, então é o custo
1505 mais pesado, que é o custo do município. Afinal das contas, quem fica com esse

1506 ônus é o município. Além disso, após a gente fazer o desvio dos resíduos do
1507 lixão para o aterro, mesmo assim, a gente tem um universo de passivo ambiental
1508 que precisa também ser resolvido. Então, a gente tem municípios que já estão
1509 usando o aterro sanitário, mas o lixão ainda está lá, está lá e precisa de
1510 monitoramento, precisa de medida para não voltar a ser novamente uma área
1511 de descarte e precisa fazer a remediação. Então, uma série de iniciativas que
1512 são necessárias a serem feitas pelos municípios, principalmente, mas também
1513 com o apoio do Estado, o monitoramento do Estado e a União também criando
1514 os incentivos e os mecanismos para isso. Uma questão que foi trazida com o
1515 novo marco de saneamento foi a regionalização do serviço, que é uma evolução
1516 do histórico de arranjo regional que a política de resíduos já tratava, desde a Lei
1517 de Consórcio Público de 2005, em 2007, com a Lei de Saneamento, já trouxe a
1518 questão do consorciamento e foi consolidada em 2020 que a gestão de resíduos
1519 é feita, tanto no país quanto fora do país, de maneira regional, para amortizar o
1520 custo, diluir todas essas despesas que são bastante elevadas, para trazer a
1521 escala que, muitas vezes, só se consegue manter um empreendimento de
1522 tratamento de resíduos funcionando acima de 150 mil habitantes. Se 90 % dos
1523 municípios brasileiros têm menos de 50 mil, a gente não tem muito para onde
1524 correr a não ser uma política regional. O marco de saneamento trouxe essa
1525 previsão, criou uma série de outras travas para quem não estiver regionalizado.
1526 A proposta do Ministério do Meio Ambiente é seguir um caminho junto ao Comitê
1527 Interministerial de Saneamento, e a gente poderia levar também propostas
1528 dessa comissão para poder fazer junto essa regionalização Brasil. Já existem
1529 muitos planos estaduais, já existem concessões que estão programadas,
1530 previstas, existem consórcios, existem vários arranjos interfederativos que
1531 precisam ser consolidados para a gente poder validar isso junto ao SISBI,
1532 habilitar os municípios a receberem recursos, porque eles vão ficar bloqueados
1533 de acessar recursos para a gestão de resíduos na ausência do arranjo regional.
1534 Pode passar. A gente tem, além disso, novas legislações sobre o catador, sobre
1535 a reciclagem. O SISC, que foi recriado neste ano, traz uma série de medidas
1536 também para serem realizadas junto aos municípios. A gente precisa incluir
1537 quase um milhão de catadores nos sistemas públicos municipais, principalmente
1538 que fazem o processo coletivo e de reciclagem. A gente propõe que sejam
1539 criados mecanismos de remuneração desses serviços que são prestados. E aí

1540 a União e os estados também, a gente pode colaborar, a gente pode criar um
1541 ambiente para discutir o que a gente consegue avançar na inclusão do catador
1542 nesse processo. Pode passar. Estou dando aqui só uma pincelada sobre o que
1543 tem na política de resíduos. Hoje a gente tem o Sistema Nacional de Informações
1544 de Resíduos, que recebe declarações tanto dos estados quanto dos municípios.
1545 Ele é um ambiente de consolidação de informação. Ele também é uma trava de
1546 acesso a recursos da União, então é importante divulgar junto aos estados e
1547 municípios que, se não tem informação declarada, não acessa recursos da
1548 União. Além disso, todo o movimento de transporte de resíduos, todo o
1549 caminhão, ele registra aqui no site do Ministério do Ambiente, e isso tem
1550 fiscalização até da Polícia Rodoviária Federal, então toda a movimentação de
1551 resíduos está sendo mapeada no Sistema Nacional de Informações, que cria
1552 uma série de obrigações para estados e municípios e, por outro lado, oferece
1553 uma ferramenta de saber para onde está sendo gerenciado esse resíduo no
1554 ambiente, no território municipal e do estado. A gente tem aqui como uma
1555 proposta para essa comissão, a gente está com uma estratégia de trazer todos
1556 os sistemas estaduais de movimentação de resíduos que existem em alguns
1557 estados para um ambiente nacional, o Sistema Nacional com uma entrada única
1558 via GovBR. Então oferecer uma carteira de serviço para o estado e para o
1559 empreendedor, para o próprio cidadão, que ele vai entrar em um ambiente único
1560 no Ministério e vai poder declarar as suas informações nesse portal único do
1561 Governo Federal a serem desenvolvidos esses módulos estaduais e,
1562 dependendo de municipais, junto com o Ministério do Meio Ambiente. Então
1563 pode passar aí para encerrar. A gente está em processo de regulamentação da
1564 Lei de Incentivo da Reciclagem, na nossa visão é uma transformação do setor
1565 de reciclagem, porque é uma lei que foi feita à luz da semelhança da Lei de
1566 Incentivo ao Esporte e da Cultura, e a gente sabe os efeitos que isso gerou no
1567 setor tanto do esporte quanto da cultura e a reciclagem tem o mesmo
1568 mecanismo, ou seja, é trazer o setor produtivo para financiar políticas de
1569 reciclagem, e isso vale também para estados e municípios que podem capitalizar
1570 esse recurso com o setor empresarial, por exemplo, e aquela empresa abate do
1571 imposto de renda e também pessoa física, então tem um mecanismo financeiro
1572 que tem uma duração inicial de cinco anos, esse ano tem uma previsão de R\$
1573 299 milhões de reais e a gente vai regulamentar até outubro com a portaria do

1574 Ministério que vai permitir esse acesso desse recurso. E aí o setor de reciclagem
1575 que hoje não conta com muitos investimentos passa a ter um mecanismo robusto
1576 de financiamento e isso acontece na escala municipal. Então a gente vai poder
1577 também mais adiante explicar como é que vai funcionar esse regulamento,
1578 vamos procurar de repente fazer um curso junto com a ANAMMA para capacitar
1579 gestores e tudo e divulgar essa nova legislação. E as discussões tributárias que
1580 eu acho que vale para muitas das políticas ambientais, a gente tem discutido
1581 com outros ministérios também, foi discutido na reforma tributária, trazer a
1582 competitividade para o material reciclável, Hoje ele perde para a matéria virgem
1583 em muitos dos materiais, O papel é um exemplo que é muito mais barato fazer
1584 com a fibra da celulose do que reciclar um papel, então a tonelada não compete,
1585 se não compete acaba estimulando o envio desse material para lixão, para aterro
1586 sanitário. Então a gente está discutindo o mecanismo para poder baratear o
1587 material reciclável e isso tem mecanizações estaduais, tem o ICMS, que o
1588 CONFAS poderia trazer um incentivo tributário, tem o PISCOFINS, o INSS das
1589 cooperativas, que é 20%, que eles pagam e poderia ser 13%, que é o autônomo
1590 paga, 11% e, além de benefícios especiais que o catador de material reciclado
1591 não tem acesso a incentivos previdenciários especiais, sendo que é uma
1592 população muitas vezes vulnerável que poderia estar dentro desse sistema.
1593 Então foi uma breve introdução sobre a política de resíduos, sobre o que a gente
1594 poderia trabalhar conjuntamente os temas. A gente se coloca à disposição,
1595 depois o Capobianco para definir melhor com vocês como é que a gente trabalha
1596 cada assunto desse dentro dessa instância interfederativa. Obrigado.

1597 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA) –**
1598 Obrigado, Eduardo. Esse é um tópico que o nosso secretário, Adalberto Maluf,
1599 junto com a equipe, junto com o Eduardo da equipe, vai procurar também a
1600 ABEMA e ANAMMA. Nós estamos discutindo uma ação para organizar, nos
1601 organizarmos frente à diretriz legal de fim de lixões até o ano que vem. Então
1602 existe uma discussão muito grande aqui no Ministério. Nós cobramos muito
1603 firmemente da Secretaria que fizesse uma proposta consistente, estruturada.
1604 Evidentemente que há um entendimento de que será impossível cumprir nesse
1605 prazo e que será necessário propor alguma alternativa. Mas o que nós
1606 condicionamos da Secretaria de Meio Ambiente Urbano e Comunidade

1607 Ambiental era de que ela só poderia apresentar uma proposta de ajuste de data
1608 se houvesse um programa bem estruturado e que, de fato, enfrentassem, não
1609 fosse mais um empurrar com a barriga, digamos assim, um problema crônico
1610 gravíssimo que prejudica a qualidade de vida de milhares, de milhões de
1611 pessoas pelo país afora, como vocês viram aqui nos dados, é realmente
1612 alarmante. Acho que o único Estado que parece que encerrou todos os lixões e
1613 aterros controlados foi Santa Catarina, que são todos aterros sanitários.
1614 Importante ver a experiência deles, como eles conseguiram esse feito. Então
1615 essa é uma questão que será discutida e quando foi citado aqui o Fundo Clima,
1616 que é essa grande articulação que nós estamos fazendo com o Tesouro
1617 Nacional, com a possibilidade de um aumento substancial, muito grande no
1618 Fundo Clima, uma das prioridades é a questão de resíduo sólido. Então a nossa
1619 expectativa é que, se tudo der certo, nós vamos ter, ano que vem, um volume
1620 grande de recursos que poderão ser captados pelo setor privado para
1621 implementar ações de logística reversa, implantação de aterros sanitários,
1622 reciclagem, ou seja, há boas perspectivas. Então, o secretário Adalberto, não sei
1623 se todos conhecem ele aqui, mas vão ter o prazer de conhecer, é uma pessoa
1624 superativa, ele vai procurar, viu, ABEMA e ANAMMA, Marçal, para a gente
1625 montar uma estratégia juntos, para que realmente a gente encerre esse episódio
1626 dramático dessa situação inaceitável dos lixões. Marcela, nós temos aqui o item
1627 revisão do regimento interno, apresentação de propostas submetidas para a
1628 reunião da Comissão Tripartite, entendi que isso vai para o Conama direto, não
1629 é? Como é que está isso? Você pode explicar, por favor?

1630 **A SR^a. MARCELA MORAES (Diretora do DISISNAMA)** – Não, são duas coisas.
1631 A Comissão Tripartite também tem um regimento interno.

1632 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo - MMA)** Ah, o
1633 regimento interno da Comissão Tripartite.

1634 **A SR^a. MARCELA MORAES (Diretora do DISISNAMA)** - Isso. E a gente tem
1635 aqui uma adequação a ser feita com relação ao departamento responsável.
1636 Então, como hoje a gente já está muito em cima da hora, a nossa proposta é
1637 enviar para vocês a proposta de modificação para a gente debater na próxima
1638 reunião, uma coisa simples de ajuste de compatibilização com a regulação atual.

1639 E aí, já adiantando o próximo item, que tem a ver com o cronograma de agendas,
1640 o que a gente pretende fazer, eu acho que é pegar todos esses temas que vocês
1641 trouxeram hoje, fazer uma consolidação, uma sistematização para que a próxima
1642 reunião ela possa incorporar todos esses temas e a gente se organizar para
1643 pautar. Aproveitando para fazer um informe também com relação à educação
1644 ambiental, o tema da capacitação de estados e municípios, a gente está
1645 trabalhando na retomada do plano do Programa Nacional de Capacitação, que
1646 é o PNC, e acho que seria muito oportuno, a gente poder conversar com a
1647 ABEMA e a ANAMMA sobre os conteúdos que a gente vai trabalhar. A gente
1648 vem discutindo um pouco a importância da gente trabalhar justamente também
1649 para a formação, para a participação nas conferências e nos Conselhos de
1650 Políticas Públicas, acho que já é um recorte que poderia ser interessante da
1651 gente iniciar, mas sem prejuízo de vários outros temas que vão ser necessários
1652 serem tratados. E aí a proposta inicial que a gente tem é de fazer as reuniões da
1653 tripartite sempre um dia antes da reunião do Conama, aproveitando a vinda dos
1654 conselheiros, se vocês estiverem de acordo. Aí a próxima seria em novembro.

1655 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA) –**
1656 Eu acho que nós podíamos fazer essa sistematização de tudo o que foi proposto
1657 aqui hoje, uma agenda bastante importante. Temos a próxima reunião antes do
1658 Conama, mas eventualmente podemos convocar uma reunião extraordinária
1659 nesse período, caso a gente identifique a necessidade. Mas, em princípio, ficaria
1660 aprovado esses modus operandi, digamos assim. Então você vai encaminhar a
1661 proposta de... Eu ia sugerir, inclusive, que na questão do regimento, como é uma
1662 mudança muito simples, que pudesse ser feito enviado, pedir um prazo, dar um
1663 prazo para que se responda, e depois, em entendimento com a ABEMA e com
1664 a ANAMMA, se há consenso para a gente já apresentar na próxima reunião, já
1665 isso aí já deliberado, digamos assim. Microfone, por favor.

1666 **O SR. LUÍS MARCELO MARCONDES PINTO (ANAMMA) –** Fazer um
1667 encaminhamento, já que a comissão tripartite é pequena, que fosse custeado a
1668 vinda dos representantes, se puder colocar aí para a deliberação, eu vi que o
1669 Marçal não gostou do encaminhamento da ANAMMA, mas eu gostaria de propor

1670 que fosse na hora, nos meios legais, que fosse custeado a vinda dos
1671 representantes para Brasília, se possível.

1672 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA) –**
1673 Nós vamos avaliar isso, em princípio eu não tenho essa previsão, eu não sei se
1674 seria possível, mas de alguma forma se fosse possível, se for possível, não sei
1675 se é apropriado, mas se for possível e apropriado, nós vamos analisar,
1676 certamente será apenas para um representante, isso apenas para o titular, então
1677 eu acho que não vai resolver o problema. Mas vamos tratar disso.

1678 **A SRª MARJORIE KAUFFMANN (ABEMA) –** Uma outra alternativa que a gente
1679 poderia pensar, seria não na reunião ordinária, mas se eventualmente nós
1680 tivéssemos que fazer uma extraordinária, que pudéssemos fazer por vídeo. É
1681 um grupo pequeno, funcionou bem com o Cipa, eu acho que a gente poderia
1682 incluir isso como uma alternativa.

1683 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA) –**
1684 Perfeito, ótimo.

1685 **O SR. MARÇAL CAVALCANTE (ANAMMA) –** Até para aprovação mesmo, para
1686 a gente já sair com ele todo arredondado e não ter despesa e a gente fazer essa
1687 ação junto com todos.

1688 **A SRª MARJORIE KAUFFMANN (ABEMA) –** Agendas menores, com assuntos
1689 mais simples, a gente consegue ganhar tempo. Eu me preocupo mais com uma
1690 agenda que a gente tem que fazer porque ela tem que acontecer no espaço
1691 menor, que é mais difícil o nosso deslocamento. Então, se possível.

1692 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA) –**
1693 Eu acredito que, eu gostaria que a tripartite tivesse uma dinâmica mais intensa.
1694 Não apenas serão, nós temos um programa, três, são quatro reuniões por ano.
1695 Então, seria interessante ter algo mais intenso, por exemplo, todos os temas que
1696 foram apresentados aqui, que poderiam ser objeto de um detalhamento maior, a
1697 gente faz exatamente, vamos fazer reuniões entre as reuniões presenciais,
1698 sempre um dia anterior ao Conama, que a gente adota a prática de reuniões
1699 virtuais, quantas forem necessárias ao longo do período, para ir já avançando

1700 com a agenda, para não ficar muito longe uma da outra. Pode ser assim? Então,
1701 eu tomo essa providência.

1702 **A SR^a. ISIS MORIMOTO** – Só uma rápida fala aqui também da Diretoria de
1703 Educação Ambiental, porque muito do que foi dito aqui, Marcelo até já adiantou,
1704 está no nosso radar, a questão das formações. Eu até tinha, como a gente não
1705 tinha espaço no PowerPoint, eu trouxe algumas publicações só para lembrar os
1706 recados e depois a gente aprofunda. Então, o primeiro é o PRONEA, acho que
1707 vocês conhecem, o Programa Nacional de Educação Ambiental, ele é usado
1708 como incentivo para que os estados e municípios façam seus programas
1709 estaduais e municipais de educação ambiental, isso acontece nas CIEAs, das
1710 Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental, com participação do
1711 Secretaria de Educação e Secretaria de Meio Ambiente nos estados, aí temos o
1712 programa que a gente está retomando, que são os Municípios Educadores
1713 Sustentáveis, que daí também tem todo um protocolo, uma metodologia para os
1714 municípios fazerem a adesão e aí é dado todo o suporte para a formação de
1715 educadoras e educadores nos territórios, então tem todo o material já preparado,
1716 que a gente está fazendo toda a [Ininteligível]. O Programa Nacional de
1717 Capacitação de Gestores, o PNC, que tem também plataforma virtual e a ideia é
1718 que sejam processos híbridos, na verdade, também presenciais e à distância,
1719 mas uma publicação também sobre financiamento da educação ambiental, que
1720 a gente também tem no governo do dia 17 agora uma reunião com o fundo
1721 FUNDEA, que é o Fundo Brasileiro de Educação Ambiental, então tentando
1722 também ao máximo cooperar, fazer esse trabalho conjunto. E uma outra
1723 proposta que o DEA está também abraçando muito fortemente são centros de
1724 educação e cooperação socioambientais, que são centros que a gente brinca
1725 também que são descentros, porque a ideia não é centralizar e sim juntar a
1726 nossa crítica que ajude a descentralizar as políticas públicas nos territórios.
1727 Então, está aí no forno também um edital com o Nacional do Meio Ambiente
1728 sobre essa temática e começamos o debate, eu acho que aí o primeiro centro
1729 que a gente está trabalhando até por ser a primeira capital do Brasil, foi a Bahia,
1730 estamos conversando sobre um centro de educação ambiental na Bahia e aí já
1731 para puxar o mote para esse acordo de... Qual o título mesmo?

1732 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA) –**
1733 Protocolo de intenções.

1734 **A SR^a. ISIS MORIMOTO** – Protocolo de intenções. É que a gente já discutiu com
1735 vários títulos e ficou um protocolo de intenções e aí aproveitamos a presença do
1736 secretário de Meio Ambiente da Bahia e do nosso Secretário-Executivo
1737 Capobianco, podemos fazer talvez aqui rapidamente.

1738 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA) –**
1739 Rapidamente não, demoradamente.

1740 **A SR^a. ISIS MORIMOTO** – Demoradamente essa assinatura desse protocolo de
1741 intenções como sendo só o primeiro e a gente queira ter uma parceria com todos
1742 os estados e chegados nos municípios, todos os municípios porque a política
1743 pública é isso, tem que ter essa capilaridade assim, muito obrigada.

1744 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA) –**
1745 Então, excelente. Só lembrando que todo esse material está disponível no site.
1746 Eu queria então já nessa simbolizando esse nosso interesse de estabelecer
1747 parcerias concretas e consistentes via tripartite entre todos nós, vamos celebrar
1748 então esse protocolo de intenções com o Estado da Bahia que trata justamente
1749 do trabalho integrado entre nós para a implantação do Centro de Educação
1750 Socioambiental no Estado da Bahia.